

EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA:

ANÁLISE INTEGRATIVA DE ESTUDOS SOBRE
DESEMPENHO ESCOLAR, FORMAÇÃO INTEGRAL,
JUSTIÇA SOCIAL E INCLUSÃO



**MOVIMENTO
MAIS
ESPORTE**





Educação Física na Educação Básica:
Análise integrativa de estudos sobre
desempenho escolar, formação
integral, justiça social e inclusão

NOVEMBRO 2025

Realização

instituto
península

 **Atletas
pelo Brasil**

Parceiros Institucionais

 **unesco**

 **ONU
MULHERES**

[B]³ SOCIAL

FUTUREBRAND

EXPEDIENTE

Marcos Garcia Neira

Licenciado em Educação Física e Pedagogia, com Mestrado e Doutorado em Educação, Pós-Doutorado em Currículo e Livre-Docência em Metodologia do Ensino de Educação Física. Professor Titular da Universidade de São Paulo. No âmbito do Grupo de Pesquisas em Educação Física escolar da FEUSP (www.gpef.fe.usp.br), investiga questões curriculares com apoio da FAPESP e do CNPq, do qual é bolsista de Produtividade em Pesquisa.

George Almeida Lima

Doutorando em Ciências da Saúde e Biológicas pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Mestre em Educação Física pela mesma instituição. Licenciado é Bacharel em Educação Física. Professor da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC/CE). Membro do Laboratório de Pesquisa em Escrita e Metodologia Científica (NEXUS/UNIVASF), do Grupo de Estudos em Educação e Práticas Corporais (GEEPRACOR/UNIVASF), do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física escolar (GEPEFE/UECE), do Grupo de Estudos em Sociologia do Esporte (GESOE/ULBRA) e do Grupo de Estudos Sociais em Educação Física, Esporte e Lazer (GESOE/UFRGS).

Este estudo foi encomendado pelo **Movimento Mais Esporte**, no contexto da criação da Agenda Sistêmica para o Esporte e a Atividade Física para o Brasil. A iniciativa reflete o compromisso do movimento em fomentar a elaboração de estudos e notas técnicas que contribuam para o avanço do conhecimento e o aprimoramento das políticas públicas que integram esporte, educação e desenvolvimento humano, fortalecendo o direito de todas as pessoas ao acesso à prática esportiva e a uma formação integral.

SUMÁRIO

Resumo	6
Abstract	7
Introdução	8
Procedimentos metodológicos	11
Revistas da área da Educação	11
Revistas da área da Educação Física	13
Resultados	16
Educação Física e desempenho escolar	18
Educação Física e formação integral	21
Educação Física e justiça social	26
Educação Física e inclusão	30
Discussão	34
Considerações Finais	46
Referências	49

RESUMO

Este relatório apresenta os resultados de uma revisão integrativa da literatura sobre os impactos da Educação Física escolar na Educação Básica brasileira, desenvolvida em parceria com o Instituto Península. O estudo teve como objetivo identificar, sistematizar e analisar evidências científicas acerca dos efeitos pedagógicos do componente. Foram examinados 11.096 artigos publicados entre 2020 e 2024 em periódicos nacionais das áreas de Educação e Educação Física avaliados pela CAPES, dos quais 29 atenderam aos critérios de inclusão e compuseram o corpus empírico final. A análise dos dados, de natureza qualitativa, baseou-se na análise temática proposta por Braun e Clarke (2006). Os estudos selecionados evidenciam que as aulas de Educação Física contribuem significativamente para a formação integral das(os) estudantes, impactando positivamente o rendimento acadêmico, a socialização, a autonomia e a valorização da diversidade. A síntese das evidências foi organizada em quatro categorias: Educação Física e desempenho escolar; Educação Física e formação integral; Educação Física e justiça social; e Educação Física e inclusão. Essas dimensões revelam que a disciplina atua simultaneamente como espaço de aprendizagem cognitiva, de fortalecimento das relações sociais e de enfrentamento das desigualdades, configurando-se como campo privilegiado de educação ética, cultural e política. Ao articular diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, a revisão reafirma a Educação Física como componente essencial da escola contemporânea e destaca seu papel estratégico na consolidação de uma educação democrática, inclusiva e comprometida com a formação cidadã das(os) estudantes.

Palavras-chave: Educação Física escolar. Educação Básica. Revisão integrativa.

ABSTRACT

This report presents the results of an integrative literature review on the impacts of school Physical Education in Brazilian Basic Education, developed in partnership with Instituto Península. The study aimed to identify, systematize, and analyze scientific evidence regarding the pedagogical effects of the component. A total of 11,096 articles published between 2020 and 2024 in national journals in the fields of Education and Physical Education, evaluated by CAPES, were examined, of which 29 met the inclusion criteria and composed the final empirical corpus. Data analysis, qualitative in nature, was based on the thematic analysis proposed by Braun and Clarke (2006). The selected studies show that Physical Education classes contribute significantly to the integral development of students, positively impacting academic performance, socialization, autonomy, and the appreciation of diversity. The synthesis of evidence was organized into four categories: Physical Education and academic performance; Physical Education and integral development; Physical Education and social justice; and Physical Education and inclusion. These dimensions reveal that the discipline operates simultaneously as a space for cognitive learning, for strengthening social relationships, and for confronting inequalities, establishing itself as a privileged field of ethical, cultural, and political education. By articulating different theoretical and methodological perspectives, the review reaffirms Physical Education as an essential component of contemporary schooling and highlights its strategic role in consolidating a democratic, inclusive education committed to the civic formation of students.

Keywords: School Physical Education. Basic Education. Integrative review.

INTRODUÇÃO

A Educação Básica brasileira tem enfrentado, historicamente, desafios estruturais que comprometem o pleno desenvolvimento das(os) estudantes. Entre eles, destacam-se as desigualdades educacionais, a evasão escolar, o baixo rendimento acadêmico e as dificuldades de inclusão e socialização no ambiente escolar. Tais problemas, complexos e interdependentes, revelam a persistência de um modelo educacional que, muitas vezes, reproduz desigualdades e limita o acesso a experiências formativas diversificadas. Diante desse cenário, torna-se imprescindível repensar as práticas pedagógicas e os currículos escolares, de modo a contemplar dimensões cognitivas, sociais, culturais e afetivas do processo educativo.

Nesse contexto, a Educação Física escolar assume papel de destaque ao extrapolar a tradicional ênfase no desenvolvimento motor e afirmar-se como um campo de conhecimento que contribui para a formação integral, o reconhecimento das diferenças e a promoção da justiça social. Longe de restringir-se à dimensão biológica do corpo, a Educação Física, quando compreendida como prática cultural, possibilita que estudantes reflitam sobre os sentidos e valores presentes nas práticas corporais que circulam socialmente (brincadeiras, danças, lutas, esportes e ginásticas), reconhecendo nelas expressões de identidades, pertencimentos e modos de vida. Assim, o componente curricular pode constituir-se em espaço privilegiado para o diálogo entre saberes, a valorização das diferenças e a ampliação do repertório cultural das(os) estudantes.

Partindo dessa compreensão ampliada, a presente pesquisa teve origem em uma proposta desenvolvida em parceria com o Instituto Península, cujo objetivo foi revisar sistematicamente os estudos que correlacionam a Educação Física escolar à melhoria dos indicadores de qualidade da Educação Básica. A proposta partia da hipótese de que as práticas corporais tematizadas¹ no

1 Neira e Nunes (2022) explicam que tematizar não é ensinar. Tematizar uma prática corporal significa transformá-la em objeto de estudo, leitura e recriação durante as aulas de Educação Física, considerando que brincadeiras, danças, lutas, esportes e ginásticas são manifestações culturais carregadas de sentido, e não apenas um conjunto de gestos a serem repetidos.

contexto escolar podem atuar como mediadoras da aprendizagem e do desenvolvimento integral, constituindo-se como estratégias potentes para o enfrentamento das desigualdades e a promoção do engajamento discente. A investigação buscou, portanto, compreender de que modo a produção científica recente tem abordado os impactos da Educação Física na formação escolar e quais práticas pedagógicas vêm sendo associadas à redução dos problemas estruturais da educação pública brasileira.

Embora a presença da Educação Física nos currículos escolares esteja consolidada e seu papel formativo seja reconhecido em documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) e o Currículo Paulista (São Paulo, 2019; 2020), ainda são escassos os estudos que analisam de forma sistemática as contribuições da disciplina para o desempenho escolar, a formação integral e a construção de valores éticos e democráticos. Persistem, em muitos contextos, concepções que a reduzem a um espaço de recreação, compensação de esforços cognitivos ou mera atividade física, desconsiderando sua potência educativa, cultural e política. Assim, torna-se fundamental examinar as evidências empíricas que sustentam o papel da Educação Física como componente curricular que contribui efetivamente para o sucesso escolar e para a formação de sujeitos críticos, autônomos e socialmente participativos.

Com esse propósito, a presente pesquisa adota o modelo de revisão integrativa da literatura, que se caracteriza por reunir, categorizar e sintetizar resultados de pesquisas já desenvolvidas, produzindo um panorama abrangente e analiticamente fundamentado sobre o tema.

Foram examinados artigos publicados entre 2020 e 2024 em periódicos nacionais das áreas de Educação e Educação Física, avaliados pela CAPES. O processo de busca e seleção envolveu a triagem inicial de 11.096 artigos, dos quais 29 atenderam aos critérios de inclusão e compuseram o corpus final de análise. A interpretação dos dados, de natureza qualitativa, seguiu os procedimentos da análise temática proposta por Braun e Clarke (2006), o que permitiu identificar recorrências, sentidos e tendências emergentes nas produções científicas da área.

O relatório está estruturado em cinco partes. A primeira apresenta os procedimentos metodológicos, descrevendo os critérios de busca, seleção e análise dos estudos, bem como as etapas do processo de categorização. Em seguida, a seção de resultados organiza as evidências encontradas em quatro eixos:

Educação Física e desempenho escolar; Educação Física e formação integral; Educação Física e justiça social; e Educação Física e inclusão. A terceira parte, dedicada à discussão, analisa criticamente os achados à luz das abordagens contemporâneas da Educação Física, evidenciando convergências, tensões e lacunas. As considerações finais sintetizam as principais conclusões e implicações pedagógicas, destacando a relevância da Educação Física na promoção da qualidade e da equidade educacional. Por fim, o texto encerra-se com a listagem das referências utilizadas, que documentam o percurso da pesquisa e asseguram sua consistência teórica e metodológica.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, modalidade de investigação que visa compreender, sistematizar e sintetizar discussões, teorias e evidências sobre fenômenos específicos, de modo a gerar novas interpretações e reflexões que respondam a demandas contemporâneas da sociedade (Botelho, Cunha e Macêdo, 2011). Trata-se de um estudo descritivo, cujo propósito é identificar e analisar características, comportamentos e relações presentes em determinado conjunto de produções científicas (Gil, 2008), possibilitando uma visão abrangente das contribuições da Educação Física escolar para a Educação Básica.

Com o objetivo de atender à proposta deste relatório, o desenho metodológico foi dividido em duas fases complementares. A primeira consistiu na análise de revistas e artigos pertencentes à área da Educação e da Educação Física, tal organização permitiu uma busca exaustiva e criteriosa, voltada à coleta do maior número possível de publicações relevantes; e a segunda concentrou-se na análise temática das produções selecionadas.

Revistas da área da Educação

O primeiro procedimento metodológico consistiu na seleção das revistas científicas vinculadas à área de Educação. Para tanto, foi realizado o download da base de dados da CAPES disponível na Plataforma Sucupira, considerando todas as revistas avaliadas no quadriênio 2017-2020. A escolha desse recorte temporal deve-se ao fato de corresponder à avaliação mais recente publicada pela agência. O primeiro filtro restringiu a busca às revistas cuja área de avaliação principal estivesse classificada como Educação.

A partir desse processo inicial, foram identificadas 4.849 revistas pertencentes à área da Educação. Os dados, incluindo título, estrato Qualis e ISSN, foram organizados em uma planilha no Microsoft Excel, o que possibilitou a aplicação de filtros sucessivos. O primeiro critério de refinamento considerou o estrato avaliativo (A1 a A4), em razão de sua representatividade e impacto científico, resultando na exclusão de 2.696 revistas e na manutenção de 2.154 para a etapa seguinte.

Em seguida, procedeu-se à verificação da origem institucional das revistas, sendo mantidas apenas aquelas vinculadas a instituições brasileiras. Essa filtragem resultou na exclusão de 716 revistas, permanecendo 1.438. Posteriormente, os ISSNs foram novamente inseridos na Plataforma Sucupira, com o objetivo de confirmar se a área mãe de avaliação era, de fato, a Educação. Essa análise eliminou 1.258 revistas, restando 180. Por fim, após a exclusão de 40 duplicatas, chegou-se ao número final de 140 revistas da área da Educação utilizadas como base para a busca dos artigos.

Foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão:

- Revistas cuja área mãe seja Educação;
- Estrato Qualis entre A1 e A4;
- Publicações de instituições brasileiras;
- Artigos publicados entre 2020 e 2024;
- Estudos cujo objeto de análise envolvesse os impactos da Educação Física na melhoria do rendimento escolar de estudantes da Educação Básica.

Os critérios de exclusão compreenderam:

- Artigos não disponibilizados na íntegra ou retirados de publicação;
- Revistas que não tenham publicado nenhuma edição entre 2020 e 2024;
- Estudos baseados exclusivamente em dados secundários.

A busca de artigos foi conduzida por meio da inserção de descritores combinados nos mecanismos de pesquisa das revistas selecionadas, contemplando as seguintes expressões: "Educação Física" AND "Educação Básica"; "Educação Física" AND "Escola"; "Educação Física" AND "Evasão escolar"; "Educação Física" AND "Violência escolar"; "Educação Física" AND "Desempenho escolar"; "Educação Física" AND "Desigualdade educacional"; "Educação Física" AND "Habilidades socioemocionais"; "Educação Física" AND "Inclusão educacional"; "Educação Física" AND "Desafios da educação"; "Educação Física" AND "Aprendizagem"; e "Educação Física" AND "Clima escolar".

Revistas da área da Educação Física

A seleção das revistas científicas da área de Educação Física, cuja área mãe de avaliação, segundo a CAPES, é a própria Educação Física, completou o primeiro procedimento metodológico. Para tanto, também foi realizado o download da base de dados disponível na Plataforma Sucupira, contemplando todas as revistas avaliadas pela CAPES no quadriênio de 2017 a 2020.

O arquivo inicial continha 2.879 revistas. Desse total, foram excluídas 137 revistas classificadas como Qualis C, por não apresentarem pontuação na avaliação da CAPES, permanecendo 2.742 revistas para a próxima triagem. Na sequência, foi aplicado o critério de nacionalidade, sendo excluídas 1.949 revistas estrangeiras, restando 792 publicações nacionais. Posteriormente, verificou-se a aderência à área mãe da Educação Física, por meio da inserção dos respectivos ISSNs na Plataforma Sucupira. Essa análise resultou na exclusão de 733 revistas, restando 59. Após a verificação de duplicidades, foram removidas 22 revistas repetidas, totalizando 37 publicações que compuseram o *corpus* final de análise.

Foram definidos como critérios de inclusão:

- Revistas cuja área mãe seja Educação Física;
- Estrato Qualis entre A1 e B5;
- Publicações de instituições brasileiras;
- Artigos publicados entre 2020 e 2024.

Os critérios de exclusão compreenderam:

- Artigos não disponibilizados na íntegra ou retirados de publicação;
- Revistas que não tenham publicado nenhuma edição entre 2020 e 2024.

A ampliação do intervalo de estratos (A1 a B5) justifica-se pela especificidade da área da Educação Física, que possui número reduzido de periódicos classificados nos estratos mais altos, o que exigiu um ajuste metodológico para contemplar maior representatividade da produção científica da área.

Após a inserção dos descritores nas plataformas de busca das revistas da área da Educação, foram encontrados 9.012 artigos. Inicialmente, procedeu-se à leitura de títulos e resumos para verificar a pertinência ao objeto de estudo. Nessa etapa, 8.921 artigos foram excluídos, restando 91 para leitura na íntegra. Após a leitura completa, 79 artigos foram desconsiderados por não abordarem, em seus resultados ou discussões, os impactos da Educação Física sobre o rendimento escolar, resultando na inclusão de 12 artigos provenientes da área da Educação.

Nas revistas da área da Educação Física, a busca com os mesmos descritores resultou em 2.084 artigos. Após a análise de títulos e resumos, 2.027 artigos foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão e exclusão, permanecendo 57 para leitura integral. Desses, 40 artigos foram eliminados por não apresentarem foco analítico relacionado aos impactos da Educação Física no desempenho escolar, restando 17 artigos válidos.

Ao final do processo de elegibilidade, o conjunto total analisado compreendeu 11.096 artigos, dos quais 10.948 foram excluídos após a leitura de títulos e resumos. Foram lidos 148 artigos na íntegra, e 29 atenderam integralmente aos critérios estabelecidos, compondo o *corpus* submetido à análise temática.

Os dados dos artigos selecionados foram sistematizados em uma planilha analítica, na qual se registraram os objetivos, percursos metodológicos, principais resultados e conclusões de cada estudo, com o intuito de compreender as abordagens e inferências predominantes.

O segundo procedimento metodológico consistiu na análise na análise temática proposta por Braun e Clarke (2006), estruturada nas seguintes etapas:

- Familiarização com os dados, por meio da leitura exploratória;
- Geração de códigos iniciais, identificando unidades de sentido recorrentes;
- Busca por temas, agrupando códigos semelhantes;
- Revisão dos temas, com análise crítica e refinamento das categorias;
- Definição e nomeação dos temas, confirmando os eixos analíticos.

Como resultado desse processo, os dados foram organizados em quatro categorias principais:

- Educação Física e desempenho escolar;
- Educação Física e formação integral;
- Educação Física e justiça social;
- Educação Física e inclusão.

Essas categorias orientaram a análise interpretativa e fundamentaram as discussões apresentadas nas seções seguintes do relatório.

RESULTADOS

A revisão integrativa contemplou 29 artigos que apresentaram diversidade de enfoques e procedimentos metodológicos. Entre os delineamentos mais recorrentes, destacaram-se a pesquisa-ação (5 estudos), a observação participante (6), a aplicação de questionários (6), os relatos de experiência (4), as entrevistas (3), as pesquisas transversais ou experimentais (3) e as análises documentais (2). Apenas um estudo não especificou o método utilizado. Essa variedade de procedimentos demonstra a multiplicidade de perspectivas adotadas pelos pesquisadores e a vitalidade epistemológica do campo da Educação Física escolar, que combina abordagens qualitativas e quantitativas na produção de conhecimento.

No que se refere às etapas da Educação Básica, observa-se maior concentração de investigações voltadas ao Ensino Médio (13 estudos), seguido pelos anos finais do Ensino Fundamental (8), anos iniciais (3) e Educação Infantil (1). Também foram identificadas análises em contextos educativos não convencionais, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) (1), o Ensino Superior (1) e unidades prisionais (1). Esses recortes indicam o predomínio de pesquisas nos segmentos finais da Educação Básica, bem como o interesse crescente em compreender o papel da Educação Física em ambientes de vulnerabilidade social e em contextos educativos diferenciados.

Os periódicos que acolheram as publicações refletem a interlocução entre os campos da Educação Física e da Educação. Na primeira área, sobressaem os títulos *Cadernos de Educação Física e Esporte* (4 artigos), *Conexões* (3) e *Pensar a Prática* (3). Também figuram, com duas publicações cada, *Corpoconsciência*, *Temas em Educação Física Escolar* e *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*. Outros periódicos, como *Biomotriz*, *Kinesis*, *Movimento*, *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* (RBCE) e *Journal of Physical Education* (UEM), apresentaram uma publicação cada, demonstrando a amplitude da produção nacional no tema.

No campo da Educação, a distribuição dos trabalhos foi mais pulverizada, com um artigo publicado em cada periódico: *Currículo sem Fronteiras*, *Eccos*, *Imagens da Educação*, *Práxis Educativa*, *Pro-Posições*, *Retratos da Escola*, *Teoria e Prática da Educação* e *Revista Cocar*. Essa dispersão indica o interesse crescente de pesquisadores da área em discutir a Educação Física como componente curricular capaz de articular dimensões cognitivas, sociais e culturais do processo educativo.

A análise temática do *corpus* permitiu a confirmação dos quatro eixos centrais que sintetizam os impactos da Educação Física escolar:

- Educação Física e desempenho escolar;
- Educação Física e formação integral;
- Educação Física e justiça social;
- Educação Física e inclusão.

A organização desses eixos segue uma progressão analítica que parte das evidências mais diretamente vinculadas ao rendimento acadêmico, avança para as dimensões do desenvolvimento integral, situa a disciplina no campo da transformação sociopolítica e, por fim, focaliza suas contribuições para práticas pedagógicas inclusivas. Essa estrutura evidencia a natureza multifacetada e sinérgica da Educação Física escolar, que atua simultaneamente como espaço de aprendizagem cognitiva, de socialização e de produção de sentidos culturais e políticos no cotidiano escolar.

Educação Física e desempenho escolar²

A classificação dos estudos nesta categoria decorre da convergência de evidências que relacionam, de maneira direta e mensurável, a participação das aulas de Educação Física ao desempenho acadêmico em diferentes etapas da Educação Básica. Embora a revisão integrativa tenha identificado uma variedade de impactos (sociais, afetivos, culturais e ético-políticos), apenas três pesquisas investigaram explicitamente o rendimento escolar com base em indicadores objetivos, como testes cognitivos padronizados, registros de desempenho em disciplinas curriculares e modelos estatísticos de predição. Esses estudos compartilham o interesse em compreender como habilidades motoras, vivências das práticas corporais, fatores psicossociais e experiências lúdicas se articulam a processos de aprendizagem formal, configurando um bloco analítico próprio no interior do conjunto mais amplo da literatura.

Além disso, a reunião desses trabalhos em uma categoria específica justifica-se porque todos eles tratam de mecanismos pelos quais a Educação Física contribui para funções cognitivas essenciais à escolarização (atenção, memória de trabalho, alternância de tarefas, autorregulação e autoeficácia acadêmica), discutindo seus desdobramentos diretos sobre leitura, escrita, aritmética e outras áreas do currículo. Ao focalizar a relação entre práticas corporais e rendimento escolar, esses estudos fornecem evidências empíricas particularmente relevantes para debates sobre políticas educacionais, organização curricular e ampliação da carga horária da disciplina. Desse modo, a categoria Educação Física e Desempenho Escolar emerge como um recorte necessário para evidenciar como o corpo em ação se articula à cognição e ao sucesso escolar, oferecendo bases sólidas para a compreensão da cognição incorporada no contexto da escola brasileira.

Nesse horizonte analítico, os três estudos selecionados aprofundam essa relação entre práticas corporais e aprendizagem, examinando distintos mecanismos e faixas etárias. Esta categoria reúne três estudos (Silveira *et al.*, 2020;

2 Para fins de classificação temática, nomeou-se “desempenho escolar” às evidências empíricas traduzidas em indicadores escolares formais, tais como resultados em testes cognitivos padronizados, registros oficiais de rendimento em disciplinas curriculares ou modelos estatísticos que predizem o sucesso acadêmico.

Nascimento *et al.*, 2023; Gasparotto *et al.*, 2020) que examinam a relação entre as práticas corporais e o desempenho escolar de crianças e adolescentes. De modo geral, os resultados convergem ao indicar que a participação organizada nas brincadeiras, danças, lutas, esportes e ginásticas contribui significativamente para a melhoria do rendimento acadêmico.

Silveira *et al.* (2020) investigaram a associação entre desempenho motor e rendimento escolar de 680 crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental, no município de São José (SC). A avaliação utilizou o instrumento *Movement Assessment Battery for Children – Second Edition (MABC-2)*, em conjunto com os registros de desempenho escolar em Língua Portuguesa e Matemática. Os resultados revelaram que as crianças classificadas como tendo alcançado os objetivos apresentaram médias superiores em habilidades de cuidado pessoal, atividades de sala de aula e práticas recreativas, em comparação às que não os atingiram. Em ambientes dinâmicos, tais como jogos com bola ou situações que exigem adaptação rápida, as crianças com melhor desempenho motor mostraram também maior desenvoltura cognitiva. Já em contextos mais estáveis, como tarefas de coordenação fina (recortar, abotoar roupas ou manipular objetos pequenos), o domínio motor relacionou-se diretamente à capacidade de concentração e execução de atividades escolares. O estudo conclui que dificuldades em tarefas motoras cotidianas repercutem negativamente no desempenho acadêmico, evidenciando uma interdependência entre desenvolvimento neuromotor e desempenho cognitivo.

Nascimento *et al.* (2023) realizaram um estudo experimental com estudantes do 4º ano do Ensino Fundamental, de 8 a 11 anos de idade, distribuídos entre grupo de intervenção (n=27) e grupo controle (n=24). O programa, com duração de 12 semanas e fundamentado em jogos e brincadeiras, produziu avanços significativos no desempenho cognitivo e escolar. As crianças do grupo de intervenção apresentaram redução nos erros por omissão no Teste de Atenção Visual (TAVIS-4), o que indica maior atenção e capacidade de seguir instruções. Além disso, observaram-se menores tempos no Teste de Trilhas, evidenciando melhora na alternância entre tarefas e regras, e aumento nos escores do Teste de Desempenho Escolar, refletindo progressos concretos em leitura, escrita e resolução de problemas matemáticos. Os autores concluem que a Educação Física, ao propor situações que articulam desafios motores e cognitivos, como tomada de decisão rápida, memorização de regras e cooperação, constitui uma prática pedagógica que estimula as bases neurocognitivas do aprendizado.

Gasparotto *et al.* (2020) analisaram a relação entre fatores psicológicos, práticas corporais e desempenho acadêmico de 330 estudantes do Ensino Médio. Utilizando escalas de autoconceito e autoeficácia, além do registro do tempo dedicado às atividades físicas, os autores identificaram associações significativas entre variáveis psicossociais e desempenho escolar em diversas disciplinas. O modelo de regressão linear explicou entre 7% e 36% da variância do rendimento acadêmico, sendo a autoeficácia o preditor mais consistente ($\beta = 0,21$ a $0,44$; $p < 0,01$). A participação regular em práticas corporais também apresentou associação positiva com o desempenho no componente Artes ($\beta = 0,31$; $p < 0,01$), sugerindo que o envolvimento corporal favorece a autoconfiança e o engajamento escolar.

Em conjunto, os três estudos demonstram que a Educação Física pode impactar positivamente o desempenho escolar por diferentes vias: nos anos iniciais, pela consolidação das habilidades motoras básicas; na infância, pelo estímulo cognitivo advindo de jogos e brincadeiras; e na adolescência, pelo fortalecimento do autoconceito e da autoeficácia acadêmica. Embora os resultados indiquem avanços expressivos, a generalização dos achados é limitada pelos recortes amostrais e contextuais. As investigações foram conduzidas em ambientes específicos e com amostras de conveniência, o que restringe a extrapolação direta das conclusões para populações com distintas realidades socioculturais e educacionais.

Apesar de evidenciarem relações consistentes entre as aulas de Educação Física e o rendimento acadêmico, os estudos analisados apresentam limitações importantes que precisam ser consideradas. As pesquisas contam com amostras reduzidas ou de conveniência, recortadas por contextos escolares específicos, o que restringe a extrapolação dos achados para outras regiões, redes de ensino ou perfis socioculturais. Ademais, a diversidade metodológica, embora enriqueça o panorama geral, dificulta a comparação direta entre os estudos e a identificação de efeitos causais robustos, especialmente em investigações que recorrem a desenhos observacionais. Por fim, variáveis intervenientes, como clima escolar, condições de ensino, histórico de aprendizagem e desigualdades sociais, nem sempre são controladas, o que pode influenciar tanto o engajamento nas práticas corporais quanto o desempenho acadêmico medido. Essas limitações reforçam a necessidade de investigações mais amplas, longitudinais e com maior rigor metodológico para consolidar evidências sobre o papel da Educação Física na aprendizagem escolar.

Educação Física e formação integral

A classificação dos estudos nesta categoria decorre da presença consistente, no conjunto analisado, de evidências que atribuem à Educação Física um papel formativo que ultrapassa a dimensão motora e se estende às esferas social, afetiva, ética e crítica do desenvolvimento humano. Diferentemente da categoria anterior, focalizada no impacto das aulas do componente no desempenho acadêmico, aqui se destacam pesquisas que abordam a disciplina como espaço privilegiado de socialização, construção de valores, ampliação da autonomia, fortalecimento da convivência democrática e elaboração de sentidos sobre o corpo e a cultura. Esses estudos compartilham a compreensão de que a Educação Física, quando orientada por metodologias cooperativas, dialógicas e inclusivas, constitui um ambiente pedagógico capaz de formar sujeitos mais sensíveis às diferenças, mais críticos em relação às normas sociais e mais preparados para participar de maneira ética e solidária da vida coletiva.

Além disso, a reunião desses trabalhos em uma categoria específica se justifica porque eles analisam a Educação Física como experiência curricular que organiza aprendizagens integradas, articulando dimensões cognitivas, psicomotoras, socioemocionais e culturais em processos pedagógicos indissociáveis. Nessas pesquisas, a formação integral não aparece como um efeito colateral das aulas, mas como um objetivo explícito e estruturante das intervenções, evidenciado em práticas como o trabalho com emoções, o protagonismo juvenil, a ressignificação de modalidades esportivas, a tematização de questões sociais e a ampliação da consciência corporal. Ao destacar tais processos, esta categoria torna visível a contribuição da Educação Física para a construção de sujeitos críticos, colaborativos e socialmente engajados, oferecendo um panorama robusto sobre como a disciplina pode operar como espaço de humanização e de produção de valores democráticos na Educação Básica.

Nesse contexto, os estudos selecionados aprofundam empiricamente essa compreensão ampliada da formação integral, ao demonstrar que a Educação Física influencia não apenas o desenvolvimento motor, mas também as dimensões social, afetiva e crítica das(os) estudantes, reafirmando seu papel como componente essencial da Educação Básica. Em diferentes contextos e faixas etárias, os trabalhos analisados indicam que a prática pedagógica da Educação Física, quando orientada por princípios cooperativos, reflexivos e inclusivos, promove aprendizagens que transcendem o domínio técnico e alcançam dimensões éticas, cognitivas e relacionais.

Picolotto, Caramês e Oliveira (2020) analisaram as emoções manifestadas por 15 estudantes do 2º ano do Ensino Médio, em uma escola pública de Santa Maria (RS), durante aulas conduzidas segundo a perspectiva crítico-emancipatória. Essa perspectiva de ensino, centrada na cooperação e na reflexão crítica sobre o esporte, contrasta com o modelo tradicional baseado em rendimento e competição. As narrativas registradas pelos alunos revelaram predominância de sentimentos positivos, como alegria, satisfação e bem-estar, diretamente associados à dinâmica das aulas. As práticas favoreceram a cooperação e o respeito mútuo, minimizando atitudes competitivas e ampliando o engajamento coletivo. A pesquisa conclui que a vertente crítico-emancipatória reduz a pressão por desempenho e fortalece vínculos sociais e afetivos.

Moreno *et al.* (2021) investigaram a percepção de 40 gestores de escolas públicas do Ceará sobre a relevância da Educação Física no currículo escolar. Os resultados revelaram elevado reconhecimento do valor formativo da disciplina: 97,5% dos participantes afirmaram que ela contribui para a prática de atividades físicas dentro e fora da escola, e 92,5% a consideraram fundamental para a formação integral. Ademais, 62,5% defenderam a ampliação da carga horária semanal. Apesar das persistentes limitações de ordem curricular e política, o estudo sinaliza um processo gradual de valorização da Educação Física no contexto escolar brasileiro.

Barbosa, Gallina e Nunes (2022) examinaram a percepção de nove pais e responsáveis por crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) acerca das influências das aulas de Educação Física. As respostas indicaram melhorias significativas em diversas dimensões: redução de movimentos repetitivos, aperfeiçoamento da coordenação motora e da expressão corporal, ampliação da interação social, melhora na comunicação verbal e visual e maior autonomia nas atividades cotidianas. Esses resultados reforçam o potencial do componente como mediador do desenvolvimento integral, articulando aspectos motores, cognitivos, afetivos e sociais.

Garcia *et al.* (2021) desenvolveram uma pesquisa-ação com 75 estudantes do Ensino Fundamental, explorando o ensino do polibol em uma unidade didática de 12 aulas. O trabalho incluiu rodas de conversa sobre gênero e competição, oficinas de ressignificação do jogo e a introdução do "cartão branco" como estratégia concreta de valorização do *fair play*. As práticas favoreceram reflexões

éticas e críticas sobre o esporte, estimulando valores como respeito, honestidade, cooperação e responsabilidade, o que contribuiu para a formação cidadã das(os) estudantes.

Carvalho e Wittizorecki (2022), em etnografia conduzida em duas escolas públicas de tempo integral de Esteio (RS), observaram que a Educação Física, quando articulada a programas integradores, ultrapassa o enfoque motor e instrucional. Ao associar experiências sociais, cognitivas e motoras, consolida-se como espaço de formação integral, crítica e reflexiva, promovendo autoconhecimento e compreensão das relações sociais.

Kuhn *et al.* (2020), por meio de observação participante em uma escola estadual de Porto Alegre, buscaram compreender os significados atribuídos pelos estudantes às aulas de Educação Física. A triangulação de dados oriundos de grupos de discussão, observações e diários de campo revelou que o componente estimula a paciência, o respeito às diferenças e a capacidade de compartilhar espaços, competências essenciais à convivência democrática. Depoimentos dos alunos ilustram esse processo, como o de uma estudante que afirmou: "Agora eu aprendi a ter calma, a escutar o professor, a respirar e a entender que há outras pessoas na quadra. Mesmo quando não gosto de alguém, aprendi a respeitar." O estudo conclui que as aulas de Educação Física se configuram como espaços privilegiados de sociabilidade, frequentemente ausentes em outras dimensões escolares.

Custódio, Nunes e Paixão (2021) investigaram a atuação docente em três unidades prisionais de Minas Gerais. Os relatos dos professores indicaram que as aulas de Educação Física possibilitam aprendizagens voltadas ao respeito, à convivência com regras e à valorização da cooperação. O ambiente das aulas foi descrito como marcado pelo interesse, participação e respeito, o que contribui para a ressignificação das relações interpessoais no contexto prisional.

Fritschi *et al.* (2024) analisaram a percepção de 17 estudantes do Ensino Médio sobre a tematização das lutas em aulas de Educação Física em uma escola pública do Paraná. A maioria (94%) afirmou que as vivências não geraram comportamentos violentos, contrariando estereótipos que associam as lutas à agressividade. As atividades lúdicas ampliaram o prazer nas aulas e promoveram aprendizagens sobre autocontrole e respeito mútuo. Os autores con-

cluíram que a tematização das lutas mediou transformações significativas nas concepções dos estudantes, deslocando-as da associação entre luta e violência para a valorização de sua dimensão cultural e educativa.

Mandolini e Ferreira (2020) aplicaram questionários a 17 estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental, buscando compreender os sentimentos relacionados à codificação no planejamento das aulas de Educação Física. As respostas indicaram valorização das relações afetivas, empatia com colegas frequentemente excluídos, interesse por práticas pouco conhecidas e curiosidade sobre os objetos de jogo. O processo de codificação gerou sentimentos de pertencimento, liberdade e responsabilidade, fortalecendo os laços interpessoais e a participação discente.

Brito e Francisco (2022) analisaram os Projetos Político-Pedagógicos de 16 escolas do Vale do Ivaí (PR), buscando identificar articulações entre a Educação Física e programas de enfrentamento da violência escolar. Os documentos destacaram o esporte como meio de promover união, amizade e lazer, além de estimular práticas que combatem preconceitos raciais, discriminações de gênero e violências simbólicas. Em alguns casos, temas específicos, como o futsal, foram valorizados por desenvolverem tanto habilidades cognitivas quanto motoras. O estudo conclui que a Educação Física, ao problematizar padrões excludentes e promover o diálogo, contribui para a formação cidadã e crítica dos estudantes.

Silva e Gasparotto (2023) investigaram os efeitos do trabalho com danças urbanas nas aulas de Educação Física em 65 crianças de 7 e 8 anos, divididas entre grupo de intervenção e grupo controle. Os resultados demonstraram ganhos expressivos em atenção e memória, com aumento no número de acertos e redução do tempo de resposta em testes cognitivos. O estudo confirma o potencial das práticas corporais como estímulo ao desenvolvimento neurocognitivo.

Nazário, Santos e Ferreira (2023), em estudo etnográfico sobre jogos interclasses no Ensino Médio em Vitória (ES), observaram que essas experiências ampliam o protagonismo juvenil e constroem uma comunidade de afetos que transcende a competição esportiva. Os autores interpretam os jogos como espaços formativos, de crítica e reflexão sobre o esporte e suas dimensões socioculturais.

Costa e Santos (2022) avaliaram os efeitos da Educação Física em 356 estudantes do Ensino Médio, sendo 36 acompanhados qualitativamente. Após cinco meses de prática, o grupo de intervenção apresentou melhora nos níveis de qualidade de vida em todos os domínios, enquanto o grupo controle apresentou redução. O estudo aponta que o componente ressignifica as noções de corpo e saúde no currículo escolar, ao integrar dimensões biológicas, psicofísicas e culturais, promovendo autoconsciência e autorregulação corporal como bases da qualidade de vida.

Interessados na percepção acerca da função da Educação Física, Rizzo, Zaim-de-Melo e Golin (2022) aplicaram questionários a 123 meninas, de 15 a 21 anos, matriculadas em escolas estaduais do Mato Grosso do Sul. As respostas destacaram o fortalecimento da socialização, do respeito às regras e da convivência em grupo, além da criação de vínculos de amizade e oportunidades escolares. Os autores concluem que a Educação Física, ao valorizar as dimensões sociais e éticas do esporte, atua como espaço de desenvolvimento humano que transcende os aspectos motores.

A análise conjunta dos estudos indica que a Educação Física está associada a múltiplas dimensões do desenvolvimento estudantil. Os resultados apontam benefícios que abrangem desde a melhora da atenção e da coordenação motora até o fortalecimento das habilidades sociais e afetivas. Ao articular práticas corporais com reflexões críticas sobre inclusão, respeito às diferenças e qualidade de vida, a disciplina consolida-se como um campo privilegiado de formação integral e cidadã. As evidências analisadas, baseadas tanto nas percepções de estudantes quanto em observações pedagógicas, reforçam o potencial da Educação Física para fomentar valores éticos, cooperação e sensibilidade social, contribuindo de modo efetivo para a construção de uma escola mais democrática e humana.

Apesar de evidenciarem a amplitude formativa da Educação Física e sua capacidade de articular dimensões sociais, afetivas, éticas e cognitivas, os estudos dessa categoria apresentam limitações que precisam ser consideradas. A maior parte das pesquisas utiliza amostras reduzidas, contextos escolares específicos ou desenhos qualitativos centrados em percepções e narrativas, o que, embora permita aprofundamento interpretativo, restringe a generalização dos achados para realidades educacionais distintas. Além disso, muitas intervenções analisadas dependem fortemente do engajamento docente e de condições institucionais particulares, como apoio da gestão, disponibilidade de

tempo e abertura curricular, o que dificulta a replicabilidade das experiências em redes de ensino maiores. A ausência de acompanhamento longitudinal e de indicadores sistemáticos também limita a compreensão dos efeitos duradouros dessas experiências sobre a formação das(os) estudantes. Tais aspectos evidenciam a necessidade de investigações mais robustas, diversificadas e de longo prazo, capazes de consolidar evidências sobre o papel da Educação Física na promoção da formação integral.

Educação Física e justiça social

A classificação dos estudos nesta categoria decorre da recorrência de investigações que tratam a Educação Física escolar como um espaço privilegiado para o enfrentamento das desigualdades sociais e para a problematização dos marcadores sociais da diferença. Diferentemente das categorias voltadas ao desempenho escolar ou à formação integral, aqui se destacam trabalhos que mobilizam referenciais críticos, decoloniais e interseccionais para analisar como as práticas corporais podem se tornar veículos de contestação às hierarquias culturais, raciais, de gênero, de classe e de capacidade. Essas pesquisas partem da compreensão de que a Educação Física, ao tematizar práticas corporais não hegemônicas e historicamente marginalizadas, abre possibilidades pedagógicas para questionar os padrões normativos que estruturam a escola e a sociedade, tornando visíveis experiências e saberes silenciados. Trata-se de investigações que entendem a cultura corporal como território de disputa simbólica e política, no qual diferentes grupos afirmam identidades, resistem a opressões e constroem outros modos de estar no mundo.

Além disso, os trabalhos reunidos nesta categoria compartilham a perspectiva de que a Educação Física pode operar como prática comprometida com a transformação social, desde que organizada por metodologias que fomentem a leitura crítica do mundo, o reconhecimento das diferenças e o exercício da cidadania. As pesquisas analisadas evidenciam intervenções voltadas à tematização de práticas corporais afro-brasileiras, indígenas, periféricas, urbanas ou adaptadas, articulando-as a debates sobre racismo, branquitude, sexismo, capacitismo e desigualdades estruturais. Em comum, elas demonstram que tais experiências não apenas ampliam o repertório cultural de estudantes, mas também acionam processos formativos de conscientização, resistência e empoderamento. Ao reunir esses trabalhos em um mesmo bloco analítico, esta categoria destaca que a Educação Física, quando orientada por princípios crí-

ticos e decoloniais, assume papel estratégico na promoção da justiça social, contribuindo para a construção de uma escola mais democrática, inclusiva e socialmente comprometida.

É nesse quadro interpretativo que se inserem os estudos analisados a seguir, os quais materializam esses referenciais críticos em diferentes contextos educativos, evidenciando como a tematização de práticas corporais marginalizadas, o diálogo com saberes subalternizados e o enfrentamento de desigualdades estruturais se expressam concretamente no cotidiano das aulas de Educação Física. Os trabalhos a seguir exemplificam de que maneira tais abordagens se traduzem em práticas pedagógicas que reconhecem a diversidade, desafiam discursos hegemônicos e promovem experiências de justiça social no contexto escolar.

Os estudos agrupados nesta categoria compartilham um núcleo teórico-metodológico orientado por perspectivas críticas, decoloniais e interseccionais aplicadas ao currículo da Educação Física. Tais perspectivas se concretizam na tematização de práticas corporais variadas e historicamente marginalizadas, como jogos africanos e indígenas, capoeira, hip-hop, danças urbanas e esportes adaptados, que servem como ponto de partida para problematizar os marcadores sociais da diferença, como raça, gênero, sexualidade, classe e deficiência.

Maldonado e Velloso (2022) relataram uma experiência pedagógica desenvolvida com estudantes de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal de São Paulo. As aulas tematizaram práticas corporais não hegemônicas (brincadeiras da cultura africana, jogos quilombolas, esportes para pessoas com deficiência, práticas de aventura e manifestações gímnicas), buscando evidenciar os marcadores sociais que atravessam a cultura corporal. A intervenção possibilitou reflexões críticas sobre diversidade e inclusão, ampliando o repertório cultural dos participantes e sua compreensão acerca das desigualdades sociais.

Maldonado e Neira (2022) analisaram 245 relatos de experiência publicados entre 2009 e 2019 em periódicos e livros, com o objetivo de caracterizar as práticas pedagógicas de professoras(es) de Educação Física que resistem às políticas educacionais neoliberais. O *corpus* foi composto exclusivamente por experiências alinhadas às teorias crítica e pós-crítica. Os resultados revelaram que docentes vêm mobilizando a Educação Física como espaço de resistência,

promovendo o enfrentamento de desigualdades socioeconômicas, discriminações e preconceitos por meio da tematização de práticas corporais como capoeira, samba, maracatu, hip-hop e lutas de matrizes africanas e indígenas. Nessas experiências, estudantes são reconhecidos como sujeitos ativos do processo educativo, o que contribui para o fortalecimento de ações democráticas e inclusivas.

Ricardo *et al.* (2024) desenvolveram uma pesquisa-ação participativa com estudantes do 6º ano e integrantes da comunidade escolar de Porto Alegre (RS), fundamentada nas perspectivas decolonial e intercultural. O estudo materializou esses referenciais por meio da tematização de práticas corporais como capoeira, maculelê, lutas indígenas e funk, entrelaçadas a debates sobre racismo, gênero, sexualidade e intolerância religiosa. As narrativas revelaram um conflito entre a visão hegemônica da Educação Física, centrada no esporte e no desempenho, e a proposta crítica da pesquisa. Apesar das resistências, a intervenção mobilizou saberes marginalizados e promoveu transformações perceptíveis, como o reconhecimento de preconceitos e a valorização das religiões de matriz africana. O estudo evidencia que uma Educação Física comprometida com a diversidade cultural pode ampliar reflexões e criar condições para o reconhecimento dos marcadores sociais da diferença no cotidiano escolar.

Soares, Dahlke e Fraga (2024) realizaram uma experiência político-pedagógica em uma escola de Novo Hamburgo (RS), envolvendo 104 estudantes do 6º ao 9º ano que não se autodeclaravam negros. A partir da cultura hip-hop, as aulas tematizaram questões étnico-raciais relacionadas à diáspora africana, à abolição, à segregação racial e às lutas por direitos civis. As práticas corporais foram articuladas a discussões históricas e culturais, estimulando reflexões sobre racismo, branquitude e desigualdade social. Ao favorecer que estudantes não negros problematizassem seus privilégios e reconhecessem a estrutura racista da sociedade, o projeto transformou-se em um processo formativo de caráter ético e político, comprometido com a construção de uma escola antirracista.

Jucá, Mont Alverne e Maldonado (2024) investigaram a presença da interseccionalidade em práticas pedagógicas de 11 docentes de Educação Física do Ensino Médio integrado em Institutos Federais. As entrevistas evidenciaram que a disciplina pode abrir espaços de visibilidade para grupos historicamente marginalizados: mulheres, pessoas negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas(os), LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência. Um dos relatos mais emblemáticos tratou da reivindicação de um professor para modificar as regras

de uma competição, a fim de garantir a participação de uma atleta transexual. O estudo conclui que a Educação Física, quando orientada por uma postura crítica e interseccional, favorece processos de inclusão, empoderamento e exercício da cidadania.

Nunes (2021) analisou o relato de experiência de um docente que atua com o currículo cultural da Educação Física em uma escola estadual de São Paulo. As aulas, fundamentadas nessa perspectiva, contribuíram para a formação de estudantes mais críticos e solidários, ao promover reflexões sobre identidades, culturas e modos de ser. A tematização das práticas corporais possibilitou a desconstrução de discursos coloniais e a problematização de estereótipos de gênero, como a ideia de superioridade masculina nas lutas, estimulando uma postura ética e respeitosa diante das diferenças.

Lacerda-Swendsen *et al.* (2024) descreveram uma intervenção com 300 estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental em Itatuba (PB), centrada na tematização de jogos indígenas. As(os) estudantes participaram da construção de brinquedos e da vivência dos jogos, ampliando a compreensão sobre a cultura dos povos originários e sua relação com a natureza. Além de favorecer o desenvolvimento motor, a experiência promoveu a valorização da diversidade cultural e o reconhecimento da humanidade indígena, reforçando a dimensão contra-hegemônica da Educação Física.

Em síntese, as pesquisas demonstram que a Educação Física, quando fundamentada em abordagens críticas, decoloniais e interculturais, desempenha papel ativo na promoção da justiça social. Ao tematizar práticas corporais não hegemônicas, questionar desigualdades e valorizar saberes historicamente silenciados, a disciplina contribui para o enfrentamento de preconceitos e a ampliação da leitura crítica de mundo das(os) estudantes. Nessa direção, a Educação Física escolar reafirma-se como espaço de resistência, reconhecimento e construção democrática, um campo de formação ética, cultural e política comprometido com a emancipação e a diversidade.

Em que pese a relevância das experiências analisadas e de sua contribuição para evidenciar o potencial da Educação Física como promotora de justiça social, os estudos desta categoria apresentam limites que precisam ser considerados. A predominância de pesquisas qualitativas, muitas delas baseadas em relatos de experiência, intervenções pontuais ou contextos escolares específicos, restringe a generalização dos achados e dificulta a avaliação da sustenta-

bilidade e dos efeitos de longo prazo das propostas apresentadas. Além disso, muitos dos estudos apoiam-se intensamente na iniciativa pessoal das(os) professoras(es) e na existência de contextos institucionais propícios, como margem de liberdade didática, respaldo da equipe gestora e flexibilidade curricular, fatores que podem restringir a reprodução dessas experiências em redes escolares mais amplas ou em instituições com recursos mais limitados. Há também escassez de investigações que articulem métodos mistos ou que integrem indicadores sistemáticos de impacto social, afetivo ou cognitivo, o que contribuiria para aprofundar a compreensão dos efeitos das abordagens críticas, decoloniais e interseccionais no cotidiano escolar. Esses limites apontam para a necessidade de pesquisas mais amplas, comparativas e longitudinais que consolidem evidências sobre o papel da Educação Física no enfrentamento das desigualdades estruturais e na promoção de uma educação democrática.

Educação Física e inclusão

A classificação dos estudos nesta categoria decorre da presença consistente, no conjunto analisado, de evidências que tratam a Educação Física escolar como um espaço central para a construção de práticas inclusivas. Embora a inclusão seja frequentemente associada apenas à adaptação de conteúdos ou à participação de estudantes público-alvo da educação especial, os trabalhos reunidos aqui ampliam essa compreensão ao demonstrar que a inclusão se efetiva quando a aula se torna um ambiente de pertencimento, acolhimento e reconhecimento das singularidades corporais, culturais e relacionais. Essa perspectiva considera que a participação de todas(os) as(os) estudantes é condicionada tanto por aspectos pedagógicos, como a organização das tarefas, os materiais utilizados e os critérios de agrupamento, quanto por dinâmicas afetivas e sociais que definem quem se sente convidado a participar e quem é silenciado ou excluído nos processos interativos.

Além disso, os estudos agrupados nesta categoria compartilham a concepção de que a inclusão na Educação Física vai além da presença física na aula e envolve o protagonismo, a colaboração e o acesso equitativo às brincadeiras, danças, lutas, ginásticas e esportes tematizados nas aulas. As pesquisas analisadas demonstram que experiências abertas, criativas e sensíveis às diferenças, bem como metodologias que diversificam papéis e funções, ampliam o engajamento de estudantes com e sem deficiência, fortalecem vínculos sociais e promovem relações mais justas entre colegas. O que une esses estudos é,

portanto, a defesa de uma Educação Física que reconhece e valoriza a diversidade como princípio pedagógico, organizando experiências que favoreçam a participação plena e a construção de uma convivência democrática. É esse entendimento alargado de inclusão que fundamenta o agrupamento dos trabalhos apresentados a seguir.

A partir desse enquadramento conceitual, os estudos analisados ilustram como os princípios da inclusão se concretizam em diferentes realidades escolares, evidenciando que ela assume formas variadas conforme o contexto, o público atendido e as escolhas pedagógicas. Em comum, os trabalhos demonstram o potencial da Educação Física como espaço privilegiado para promover a valorização da diversidade e criar condições efetivas de participação, mostrando que a inclusão vai muito além da adaptação motora. Ela se manifesta nas dimensões relacionais, afetivas e culturais que sustentam o sentimento de pertencimento, fortalecem vínculos sociais e ampliam as possibilidades de aprendizagem de todas(os) as(os) estudantes. Estratégias acessíveis, propostas cooperativas, ajustes sensíveis e reorganizações da dinâmica da aula emergem, assim, como caminhos potentes para construir ambientes equitativos e acolhedores, nos quais cada estudante encontra oportunidades reais de participação e de expressão de sua singularidade.

Alonso *et al.* (2020) investigaram a percepção de estudantes com deficiência visual acerca de sua inclusão nas aulas de Educação Física. Os resultados apontaram avanços importantes, mas também revelaram obstáculos relacionados à falta de acessibilidade arquitetônica e a momentos de exclusão ou não participação. Apesar das dificuldades, as atividades adaptadas proporcionaram experiências de acolhimento e pertencimento ao grupo, evidenciando que a inclusão não se restringe à execução de movimentos, mas se concretiza nas interações interpessoais e na valorização das singularidades.

Guimarães *et al.* (2019) relataram uma experiência pedagógica com manifestações circenses em uma turma que incluía um estudante com múltiplas deficiências (Transtorno do Espectro Autista e Déficit Intelectual). O aluno participou ativamente das atividades propostas, com maior envolvimento nas tarefas de equilíbrio, favorecido pelo apoio de colegas e pela mediação do professor. A pesquisa demonstra que experiências abertas, criativas e sensíveis às diferenças podem ampliar a participação de todos(as) os(as) estudantes, fortalecendo a dimensão social e colaborativa das aulas de Educação Física.

Pires *et al.* (2022) analisaram um projeto de extensão desenvolvido em uma escola pública de São Paulo, fundamentado no modelo do *Sport Education*, com 40 estudantes do Ensino Médio. O projeto, realizado em temporadas de basquete, futsal e *ultimate frisbee*, baseou-se em princípios como filiação a equipes fixas e a assunção de papéis distintos (atletas, árbitros, organizadores, jornalistas). Essa estrutura mostrou-se decisiva para a ampliação da participação e para o fortalecimento da inclusão. Estudantes, especialmente meninas, puderam envolver-se de maneira ativa em diferentes funções, mesmo quando não se sentiam confortáveis com a prática esportiva em si. A descentralização do foco competitivo e a valorização das funções coletivas possibilitaram a construção de um ambiente colaborativo e reflexivo, promovendo a igualdade de gênero e o respeito às diferenças.

Silva *et al.* (2022) realizaram um estudo observacional em uma escola privada de Pernambuco, examinando as interações sociais de crianças da Educação Infantil por meio de um teste sociométrico. Embora o estudo não tenha incluído estudantes público-alvo da educação especial, os resultados apontam que as aulas de Educação Física ampliaram as interações recíprocas entre as crianças, mais do que outros momentos da rotina escolar (antes, durante e após o recreio). A análise sociométrica demonstrou que o ambiente das aulas favoreceu a cooperação e o diálogo, configurando-se como um espaço de sociabilidade e convivência inclusiva.

Freitas, Mariante Neto e Vasques (2024) desenvolveram uma pesquisa-ação em uma escola de Porto Alegre (RS), implementando uma unidade didática de lutas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A sequência, composta por 13 aulas, foi planejada com base na lógica interna das lutas, utilizando jogos ajustados à distância entre oponentes e regras claras de segurança. As atividades estimularam valores de respeito, integridade e igualdade, garantindo a participação de meninas e estudantes com deficiência que anteriormente não se envolviam nas práticas. Dois fatores foram determinantes para o êxito da proposta: a simplicidade dos jogos e a adoção de critérios equitativos, como a organização das disputas por altura e peso semelhantes. O estudo conclui que as lutas, quando abordadas pedagogicamente sob uma perspectiva inclusiva, podem constituir-se em um potente instrumento para a formação ética e cidadã.

Em síntese, as pesquisas analisadas indicam que a inclusão nas aulas de Educação Física se concretiza quando há intencionalidade pedagógica voltada à equidade, diversificação de papéis e respeito às singularidades corporais e

culturais. Ao favorecer o acolhimento, a socialização e a valorização das diferenças, a Educação Física escolar fortalece a cidadania e contribui para a consolidação de uma escola democrática, plural e inclusiva.

Embora os estudos ofereçam contribuições relevantes, eles apresentam limitações que não podem passar despercebidas. A maioria das pesquisas se baseia em amostras reduzidas, contextos escolares específicos ou experiências pontuais conduzidas por docentes altamente engajadas(os), o que restringe a generalização dos achados para outras escolas ou realidades educacionais. Além disso, muitos trabalhos adotam delineamentos descritivos, relatos de experiência ou estudos observacionais, com pouca utilização de instrumentos padronizados, avaliações longitudinais ou análises capazes de mensurar com maior precisão os efeitos das intervenções inclusivas. Outro aspecto a ser ressaltado é que várias dessas investigações se desenvolvem em cenários particularmente favoráveis à inovação pedagógica, marcados por autonomia docente, respaldo da gestão e práticas colaborativas, condições que não se reproduzem de forma uniforme em escolas com recursos limitados ou inseridas em redes que enfrentam maiores desafios estruturais. Esses elementos reforçam a necessidade de ampliar pesquisas com maior variedade metodológica, rigor analítico e pluralidade de contextos, a fim de aprofundar a compreensão sobre como a inclusão pode ser efetivamente consolidada nas aulas de Educação Física.

DISCUSSÃO

Os estudos analisados revelam uma ampla diversidade metodológica (pesquisa-ação, questionários, investigações transversais, entrevistas, relatos de experiência, observações participantes e análises documentais), que enriquece o conjunto de evidências ao possibilitar a compreensão dos fenômenos sob múltiplas perspectivas. Essa variedade de abordagens, somada à amplitude dos contextos investigados: etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), modalidades de ensino (regular e educação especial) e espaços não escolares, como unidades prisionais, assegura representatividade e confere densidade às reflexões produzidas.

De modo convergente, os estudos de Silveira *et al.* (2020), Nascimento *et al.* (2023) e Gasparotto *et al.* (2020) demonstram que as aulas de Educação Física exercem papel determinante no desempenho acadêmico das(os) estudantes. Silveira *et al.* (2020) evidenciam que a competência motora está diretamente associada ao sucesso escolar desde os anos iniciais. Dificuldades em habilidades básicas, como cuidado pessoal, manipulação de objetos e organização em sala de aula, refletem-se em fragilidades cognitivas e acadêmicas. Essa constatação reforça a indissociabilidade entre as dimensões motora e cognitiva, indicando que aprender é também um processo corporal e situado.

Nascimento *et al.* (2023) ampliam essa perspectiva ao demonstrar que jogos e brincadeiras potencializam habilidades cognitivas como atenção seletiva, memória de trabalho e flexibilidade cognitiva. As situações de jogo, marcadas pela imprevisibilidade e necessidade de adaptação, estimulam a capacidade de resolução de problemas, tomada de decisão e regulação emocional, competências fundamentais para a aprendizagem formal. O estudo sugere que ambientes lúdicos e desafiadores funcionam como “laboratórios cognitivos”, nos quais as crianças exercitam as mesmas funções mentais mobilizadas na leitura, escrita e aritmética.

Gasparotto *et al.* (2020), por sua vez, evidenciam que, no Ensino Médio, a Educação Física atua como espaço de fortalecimento da autoeficácia e do au-

toconceito acadêmico. Os autores mostram que estudantes que se percebem competentes nas aulas de Educação Física tendem a transferir essa confiança para as demais experiências curriculares, o que impacta positivamente sua motivação e desempenho. Tais achados indicam que o engajamento na realização das práticas corporais influencia diretamente o engajamento intelectual, e que o sentimento de competência é um mediador relevante da aprendizagem.

A heterogeneidade dos efeitos também merece atenção. Enquanto Silveira *et al.* (2020) encontraram correlações mais expressivas entre desempenho motor e rendimento em Língua Portuguesa e Matemática, Gasparotto *et al.* (2020) observaram relações mais fortes com linguagens artísticas (danças, visuais, cênicas e musicais). Essa diferença sugere que práticas corporais associadas à expressão e à criatividade produzem transferências mais diretas para campos simbólicos e estéticos. As evidências desafiam a concepção de efeitos universais e homogêneos, indicando que as contribuições da Educação Física variam conforme a natureza do campo de conhecimento envolvido.

Essas diferenças também se expressam nos ciclos de desenvolvimento. Nos anos iniciais, a motricidade aparece como base para a aprendizagem e organização cognitiva; na adolescência, predominam os fatores afetivos e motivacionais, como o autoconceito e a autoeficácia. Assim, o “elo mais frágil” da aprendizagem escolar se desloca ao longo da trajetória formativa, acompanhando as mudanças nas demandas psicossociais de cada faixa etária.

Os trabalhos relacionados acima sustentam que a cognição é um processo incorporado: o pensamento emerge da ação, e a aprendizagem escolar se enraíza nas experiências corporais e sensoriais. A tradicional dicotomia entre corpo e mente, ainda presente em discursos pedagógicos, mostra-se insustentável à luz das evidências. O corpo não apenas suporta, mas constitui a base material e simbólica da aprendizagem. Desse modo, as práticas corporais devem ser reconhecidas como catalisadoras do sucesso escolar, atuando simultaneamente sobre dimensões motoras, cognitivas, afetivas e sociais.

Essas constatações fundamentam duas proposições centrais para o campo educacional: a) a ampliação da carga horária de Educação Física e de outras linguagens artísticas no currículo escolar, reconhecendo sua contribuição para a formação integral; e b) a integração de metas de desenvolvimento motor e socioemocional às práticas pedagógicas de toda a escola, em um projeto político-pedagógico verdadeiramente formativo e humanizador.

A partir dessa compreensão, sobressai o papel da Educação Física na promoção das emoções e da socialização. Picolotto, Caramês e Oliveira (2020) demonstram que, em aulas conduzidas sob uma perspectiva crítico-emancipatória, as(os) estudantes expressaram majoritariamente emoções positivas, como alegria, satisfação e bem-estar, em oposição à ansiedade e à exclusão observadas na vertente esportivista. As vivências cooperativas e o diálogo em torno das práticas corporais favoreceram o envolvimento coletivo e o sentimento de pertencimento, revelando que o ambiente emocional das aulas é um fator pedagógico decisivo.

De forma convergente, Mandolini e Ferreira (2020) evidenciam que metodologias baseadas na codecisão, nas quais estudantes participam do planejamento e da organização das aulas, potencializam sentimentos de felicidade, valorização e responsabilidade. Ao se reconhecerem como sujeitos do processo educativo, os(as) estudantes desenvolvem maior autonomia e engajamento, ampliando as possibilidades de aprendizagem.

O protagonismo juvenil emerge, nesse conjunto, como um recurso pedagógico central. Nazário, Santos e Ferreira (2023) demonstram que os jogos interclasse, mais do que competições esportivas, tornaram-se experiências de convivência democrática, nas quais os(as) estudantes construíram uma comunidade de afetos, assumindo responsabilidades coletivas e adotando atitudes de compromisso social. Os alunos passaram a compreender o esporte como fenômeno social e cultural, atravessado por dimensões econômicas, políticas e simbólicas, deslocando-se de uma lógica de desempenho para uma visão crítica e cooperativa.

Em consonância, os estudos de Picolotto, Caramês e Oliveira (2020), Mandolini e Ferreira (2020) e Nazário, Santos e Ferreira (2023) evidenciam que a Educação Física constitui um território fértil para o desenvolvimento das emoções e para a construção de experiências de corporalidade. O corpo em ação mobiliza incertezas e sentimentos ambíguos, como vergonha, medo ou ansiedade, mas, quando o trabalho pedagógico é mediado por metodologias críticas e dialógicas, também desperta emoções positivas como alegria, companheirismo, pertencimento e autoconfiança. Essa inflexão marca a consolidação de um paradigma crítico-emancipatório, que rompe com o tecnicismo e o elitismo esportivo ao reposicionar o(a) estudante como sujeito ativo do processo educativo.

Outras investigações reforçam a dimensão ética e transformadora do componente. Garcia *et al.* (2021), ao tematizarem o polibol em uma pesquisa-ação, destacam o exercício da ética e do respeito nas práticas esportivas, favorecendo a cooperação e a inclusão. De modo semelhante, Custódio, Nunes e Paixão (2021), ao analisarem aulas em unidades prisionais, observaram que os reeducandos desenvolveram comportamentos de respeito mútuo, valorização das regras e interesse pelas atividades, evidenciando o potencial da Educação Física em contextos de vulnerabilidade social.

Fritschi *et al.* (2024) também contribuem para essa perspectiva ao demonstrar que a tematização das lutas em aulas de Educação Física desconstrói estereótipos que as associam à violência. Ao vivenciar tais práticas em ambientes colaborativos e seguros, os estudantes ressignificaram seus entendimentos, passando a associar as lutas a valores como respeito, autocontrole e solidariedade. Esses resultados confirmam que a Educação Física, ao tematizar as práticas corporais, transforma representações culturais e amplia a consciência social dos estudantes.

De modo geral, os trabalhos analisados reforçam que a Educação Física não deve ser reduzida à reprodução de gestos técnicos, mas compreendida como espaço de formação humana no qual emoções, valores éticos, socialização e reflexão crítica se entrelaçam às aprendizagens motoras. Quando orientadas por princípios inclusivos e democráticos, as aulas tornam-se espaços de enfrentamento de estereótipos e de superação de práticas excludentes, afirmando o papel da disciplina na formação de sujeitos mais justos, empáticos e solidários.

A literatura também aponta para a importância das metodologias participativas, como a co-decisão e o protagonismo estudantil, que ampliam o engajamento, fortalecem vínculos afetivos e conferem sentido às experiências escolares. A aprendizagem se torna compartilhada, e o corpo, mediador da relação entre emoção, pensamento e ação, assume papel central no processo educativo.

Essa perspectiva se articula à constatação de que a inclusão e a socialização promovidas pela Educação Física repercutem positivamente no desempenho escolar. Os estudos de Silveira *et al.* (2020), Nascimento *et al.* (2023) e Gasparotto *et al.* (2020) indicam que o envolvimento nas aulas potencializa a formação integral, reafirmando a necessidade de garantir o acesso e a permanência de todos(as) os(as) estudantes. O corpo em movimento, portanto, não é apenas instrumento, mas condição da aprendizagem.



Tematizando criticamente as práticas corporais, a Educação Física se afirma como um campo de reinterpretação cultural. Ao dissociar as lutas da violência, o esporte da competição exacerbada e o corpo do desempenho, a disciplina propõe novas leituras da cultura corporal, transformando o currículo em um espaço de resistência simbólica e crítica social. Essa função contra-hegemônica permite que as(os) estudantes compreendam o mundo e a si mesmas(os) como sujeitos culturais e políticos.

A dimensão socializadora também se confirma em diferentes contextos. Kuhn *et al.* (2020) evidenciam que os estudantes reconhecem nas aulas de Educação Física um espaço singular de convivência e diálogo, muitas vezes inexistente em outros momentos da rotina escolar. Carvalho e Wittizorecki (2022) reforçam que a disciplina, ao integrar experiências motoras, cognitivas e afetivas, contribui para a formação de sujeitos críticos e reflexivos. Rizzo, Zaim-de-Melo e Golin (2022) acrescentam que as aulas promovem cooperação, respeito e convivência ética, configurando-se como ambiente de aprendizagem de valores democráticos.

Outro eixo de análise refere-se à saúde e à qualidade de vida. Costa e Santos (2022) mostram que a Educação Física amplia a autoconsciência corporal e a autorregulação, promovendo ganhos significativos nos níveis de bem-estar e qualidade de vida de jovens do Ensino Médio. De forma complementar, Silva e Gasparotto (2023) identificaram melhorias na atenção e na memória entre crianças participantes de aulas que abordaram as danças urbanas, confirmando que o corpo em movimento favorece o desenvolvimento de funções cognitivas superiores. Esses resultados rompem o dualismo corpo-mente e reposicionam a Educação Física como componente essencial para o desenvolvimento cognitivo, afetivo-social e motor.

A partir dessas evidências, infere-se que as práticas pedagógicas devem assegurar a participação de todas(os) as(os) estudantes, reconhecendo a corporeidade como dimensão constitutiva da aprendizagem. A participação ativa amplia as possibilidades de desenvolvimento motor, cognitivo e social, promovendo uma formação integral. Os resultados indicam ainda a urgência de uma valorização institucional da Educação Física, que historicamente foi marginalizada em função da hierarquização curricular que privilegia o cognitivo e desconsidera a gestualidade como forma de conhecimento.

O estudo de Moreno *et al.* (2021) reforça esse diagnóstico: entre 40 gestores escolares entrevistados, 97,5% reconheceram que a Educação Física contribui para a adoção de um estilo de vida fisicamente ativo, e 92,5% a consideraram essencial para a formação integral. Ainda que esses dados revelem avanços na percepção sobre a relevância do componente, a valorização simbólica precisa ser acompanhada de ações concretas. Persistem desafios estruturais, como a carência de espaços adequados, a insuficiência de materiais e a necessidade de formação docente contínua, que limitam a efetivação de uma Educação Física alinhada às demandas da contemporaneidade e sintonizada com o estado da arte. Assim, a consolidação do reconhecimento depende da superação dessas barreiras institucionais e da incorporação da cultura corporal como dimensão legítima do conhecimento escolar.

A percepção positiva dos gestores identificada por Moreno *et al.* (2021) encontra ressonância na dos responsáveis por crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) investigados por Barbosa, Gallina e Nunes (2022). Esses pais e responsáveis relataram que a Educação Física contribui de modo expressivo para o desenvolvimento motor, cognitivo e social de seus filhos, destacando ganhos em autonomia, coordenação, expressão e interação. Tais evidências reforçam o potencial emancipatório do componente, que, ao integrar corpo, afeto e cognição, amplia as possibilidades de aprendizagem e convivência escolar.

Ao articular essas percepções, observa-se um movimento de reconhecimento social crescente da importância da Educação Física. Contudo, esse reconhecimento ainda precisa consolidar-se no plano institucional e curricular. O desafio reside em romper com o predomínio histórico da dimensão cognitiva, herança de uma racionalidade escolar centrada na mente e na abstração, e em assegurar a efetiva valorização da corporeidade como instância relevante da formação humana.

Análises documentais, como a de Brito e Francisco (2022), corroboram essa tendência. Ao examinarem os Projetos Político-Pedagógicos de 16 escolas do Vale do Ivaí (PR), identificaram que a Educação Física é reconhecida como instrumento de desenvolvimento social, articulando práticas corporais contextualizadas, críticas e inclusivas. Esses achados demonstram que, mesmo em contextos de reformas educacionais que frequentemente a marginalizam, a Educação Física resiste e se reinscreve como componente relevante, fortalecendo sua legitimidade no espaço escolar. Essa resistência curricular indica a emergência de uma compreensão mais ampla do papel educativo do trabalho

com a corporeidade, que deixa de ser objeto de adestramento para se tornar linguagem, experiência e produção cultural.

Entretanto, essa valorização ainda precisa ultrapassar o campo discursivo e se concretizar como política educacional efetiva. Os dados reunidos indicam a urgência de ações estruturantes, investimento em formação docente continuada, melhoria da infraestrutura escolar e construção de currículos que integrem saberes corporais, artísticos e culturais como dimensões inseparáveis do aprender. A consolidação de uma Educação Física comprometida com a inclusão, a diversidade e a justiça social depende de decisões políticas que reconheçam o corpo como território de conhecimento e cidadania.

Nessa direção, os estudos que articulam a Educação Física a perspectivas críticas e decoloniais ampliam seu horizonte interpretativo. Confirmando os achados de Neira (2010), Maldonado e Velloso (2022) demonstram que a tematização de práticas corporais não hegemônicas, como jogos africanos, quilombolas, esportes adaptados e manifestações gímnicas, constitui potente estratégia para problematizar as relações de poder e as desigualdades sociais. Através dessas experiências, as(os) estudantes puderam reconhecer os marcadores sociais da diferença (raça, gênero, classe, deficiência) como elementos constitutivos das práticas corporais e da vida social.

De modo complementar, Maldonado e Neira (2022), ao analisarem 245 relatos de experiências docentes alinhadas às teorias crítica e pós-crítica, identificaram práticas pedagógicas que resistem às políticas educacionais neoliberais e que se configuram como ações de defesa da justiça social. As experiências tematizavam manifestações culturais de matrizes africanas e indígenas (capoeira, maracatu, jongo, maculelê, entre outras), como formas de produção de conhecimento e de resistência simbólica. Reiterando o posicionamento de Neira (2022), tais práticas reposicionam a Educação Física como espaço contra-hegemônico, que tensiona as hierarquias do saber e legitima as vozes historicamente silenciadas.

As investigações de Ricardo *et al.* (2024) e Soares, Dahlke e Fraga (2024) também confirmam essa potência formativa. Ao articular a Educação Física a perspectivas dialógicas e interculturais, os(as) autores(as) mostram que as práticas corporais podem funcionar como mediadoras para a reflexão sobre desigualdades raciais, sociais e culturais (Borges, 2019). Em Novo Hamburgo (RS), a tematização da cultura hip-hop, por exemplo, possibilitou a estudantes

de ascendência europeia refletirem criticamente sobre privilégios, branquitude e racismo estrutural, demonstrando o alcance ético e político da Educação Física escolar quando se abre à diversidade.

Nunes (2021) reforça essa compreensão ao evidenciar, assim como fizera Müller (2016), que as aulas de Educação Física pautadas pelo currículo cultural podem desconstruir discursos naturalizados e promover processos de dessencialização das identidades. Ao tematizar práticas corporais e seus significados culturais, o docente favorece o reconhecimento das diferenças e a constituição de identidades plurais, deslocando a disciplina de um ensino normativo para um espaço de escuta e criação.

Lacerda-Swendsen *et al.* (2024), seguindo os rastros de Neira (2007), ampliam o debate ao evidenciar o potencial do multiculturalismo crítico em intervenções realizadas com 300 estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental em Itatuba (PB). A tematização de jogos indígenas e a construção de brinquedos tradicionais permitiram não apenas aprendizagens motoras, mas também o reconhecimento da diversidade étnica e o rompimento de estereótipos, promovendo a valorização dos povos originários e de suas expressões culturais. Essa experiência mostra que a Educação Física pode operar como prática intercultural, contribuindo para o diálogo entre saberes e para a formação de uma consciência ambiental e socialmente responsável.

As análises de Maldonado e Neira (2022) e os resultados apresentados por Dahlke e Fraga (2024), Ricardo *et al.* (2024) e Nunes (2021) evidenciam que a Educação Física vem se afastando de uma lógica centrada no esporte e na competição como eixos estruturantes de sua atuação pedagógica. Esse deslocamento reflete transformações mais amplas no campo educacional, associadas a três dimensões interdependentes: os processos de reconstrução curricular nas escolas, os projetos políticos em diferentes esferas governamentais e, sobretudo, os novos caminhos da formação docente.

A formação de professores emerge, nesse contexto, como elemento estratégico para a constituição de práticas escolares críticas e culturalmente situadas. Embora existam prescrições curriculares nacionais, como a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), que delimitam as práticas corporais a serem tematizadas, é o posicionamento político-pedagógico dos(as) docentes que define, em última instância, o modo como essas práticas são concretizadas no cotidiano escolar. A docência, portanto, é menos um ato de aplicação normati-

va e mais uma prática de interpretação e autoria curricular.

Essa constatação reforça que o tipo de formação inicial influencia decisivamente a prática pedagógica. Cursos orientados por modelos tecnicistas e prescritivos tendem a reproduzir conteúdos e hierarquias tradicionais, enquanto formações fundamentadas em referenciais críticos e pós-críticos ampliam a capacidade de leitura e intervenção docente. Mesmo educadores(as) com visões pessoais mais conservadoras podem ser transformados por experiências formativas que os(as) convidam à reflexão sobre a cultura, o poder e a diferença, desenvolvendo práticas mais democráticas e socialmente engajadas (Neira, 2024).

O estudo de Jucá, Mont Alverne e Maldonado (2024) exemplifica esse movimento. A partir de entrevistas com 11 professores de institutos federais, os autores identificaram que a Educação Física, concebida como espaço de inclusão e problematização dos marcadores sociais da diferença, torna-se um campo de formação crítica. Os docentes relataram práticas pedagógicas que valorizam a diversidade, fortalecem a socialização e ampliam o engajamento discente. Essas experiências mostram que o trabalho pedagógico, quando orientado por uma leitura atenta das desigualdades sociais, promove aprendizagens que extrapolam o domínio motor, contribuindo para a construção de uma consciência ética e cidadã.

De forma convergente, os estudos de Silveira *et al.* (2020), Nascimento *et al.* (2023) e Gasparotto *et al.* (2020) reafirmam que a Educação Física impacta positivamente o desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo-social, com reflexos diretos no rendimento escolar. O desafio que se impõe é garantir a participação contínua e qualificada dos estudantes nas aulas, de modo que a disciplina não se restrinja à prática esporádica de atividades físicas, mas se constitua como espaço permanente de formação social, crítica e inclusiva.

A convergência entre as pesquisas de Maldonado e Velloso (2022), Maldonado e Neira (2022), Ricardo *et al.* (2024), Soares, Dahlke e Fraga (2024), Jucá, Mont Alverne e Maldonado (2024), Nunes (2021) e Lacerda-Swendsen *et al.* (2024) revela não apenas uma atualização de temas e metodologias, mas uma inflexão epistemológica no campo da Educação Física. Trata-se de uma virada de caráter decolonial que ultrapassa o multiculturalismo descritivo, questionando as estruturas de poder que hierarquizam saberes e corporalidades. Ao tematizar práticas não hegemônicas e problematizar os marcadores sociais da diferença, a disciplina assume uma função desnaturalizadora, capaz de desa-

fiar verdades estabelecidas e propor novas formas de compreender o corpo e a cultura (Oliveira Júnior, 2017).

Um exemplo paradigmático dessa virada é o estudo de Soares, Dahlke e Fraga (2024), desenvolvido em uma escola de tradição alemã em Novo Hamburgo (RS). Por meio da tematização do hip-hop, estudantes foram levados a refletir sobre a diáspora africana e as desigualdades raciais, produzindo deslocamentos epistemológicos que desestabilizaram o olhar eurocêntrico sobre a cultura corporal. Essa experiência demonstra que a Educação Física, quando pautada em práticas culturais plurais, pode funcionar como dispositivo de resistência e de ampliação da criticidade.

Contudo, a consolidação dessa perspectiva depende da formação docente. As experiências analisadas por Maldonado e Neira (2022) e os depoimentos coletados por Jucá *et al.* (2024) evidenciam que práticas pedagógicas contra-hegemônicas não surgem espontaneamente, mas resultam de processos formativos que concebem o(a) professor(a) como intelectual orgânico, sujeito que lê o mundo, interpreta o currículo e o reinscreve a partir de princípios ético-políticos. Assim, por mais elaboradas que sejam as diretrizes oficiais, sua materialização depende das escolhas, valores e compromissos dos(as) docentes que as concretizam.

Em um campo educacional marcado por tensões e disputas, a Educação Física expressa, de forma exemplar, essa ambiguidade. Pode, de um lado, reforçar desigualdades quando centrada no desempenho e na exclusão; de outro, pode constituir-se como espaço de resistência e transformação social quando trabalhada criticamente. A virada epistemológica observada nas últimas produções do campo aponta para essa segunda via, uma Educação Física que não ensina gestos, mas educa para a leitura e produção da ocorrência social das práticas corporais.

Os dados reunidos nesta revisão indicam o surgimento de um novo modelo de Educação Física escolar, alinhado a perspectivas culturais e inclusivas. Essa transformação se manifesta de forma ampla: na percepção da comunidade escolar, que reconhece o componente como formador (Barbosa; Gallina; Nunes, 2022; Brito; Francisco, 2022; Moreno *et al.*, 2021); na voz dos estudantes, que valorizam seu papel socializador (Garcia *et al.*, 2021; Kuhn *et al.*, 2020); e na prática docente, que incorpora marcadores sociais da diferença e promove inclusão (Jucá, Mont Alverne; Maldonado, 2024). Ao integrar saberes corpo-

rais, sociais e culturais, a Educação Física contemporânea se consolida como espaço contra-hegemônico de formação, contribuindo para uma escola mais justa, democrática e plural.

As pesquisas apontam que os processos de inclusão se tornam mais efetivos quando as práticas corporais são adaptadas às realidades e perfis dos estudantes. Guimarães *et al.* (2019) evidenciaram que a introdução de manifestações circenses, mediada por acompanhamento especializado, favoreceu a participação de alunos com Transtorno do Espectro Autista e Déficit Intelectual, demonstrando a relevância da mediação docente qualificada. De modo semelhante, Freitas, Mariante Neto e Vasques (2024) mostraram que o trabalho sistemático com valores como respeito, ética e igualdade de condições amplia a adesão dos estudantes e fortalece a convivência. Silva *et al.* (2022) corroboraram esses resultados ao mostrar que a Educação Física, quando contextualizada socialmente, potencializa processos de socialização e inclusão.

O modelo do *Sport Education* analisado por Pires *et al.* (2022) reforça essa compreensão, ao demonstrar que a vivência de múltiplos papéis, como organização, arbitragem e liderança, diversifica a participação discente e amplia o engajamento. Essas experiências revelam que a inclusão na Educação Física é um processo relacional e plural, construído por meio de estratégias pedagógicas que afirmam o direito às diferenças e promovem o pertencimento.

Entretanto, a efetividade dessas práticas está condicionada às condições institucionais. Alonso *et al.* (2020) alertam para as limitações estruturais, carência de espaços adequados, materiais e apoio técnico, que restringem a implementação de propostas inclusivas. Essa constatação reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à valorização da Educação Física, incluindo investimentos em infraestrutura, formação docente e inovação curricular.

O conjunto de evidências analisadas delineia, portanto, um panorama dialógico da Educação Física contemporânea. De um lado, consolida-se um projeto pedagógico crítico e inclusivo, amparado por metodologias que valorizam a diversidade, a autonomia e a reflexão ética; de outro, persistem estruturas materiais precárias e concepções curriculares conservadoras que limitam sua consolidação plena. O desafio atual não é mais definir o sentido pedagógico do componente, já delineado pelas pesquisas, mas criar as condições políticas e institucionais que possibilitem sua concretização cotidiana.

A Educação Física que emerge deste estudo é aquela que reconhece a gestualidade como linguagem e território de saber, e não como simples instrumento de rendimento. Trata-se de um campo que educa para a valorização das diferenças, para a convivência democrática e para a leitura crítica do mundo. Ao tematizar práticas corporais cultivadas por grupos distintos, o componente forma sujeitos capazes de compreender e intervir na realidade, rompendo com paradigmas excludentes e reafirmando o compromisso da escola com a justiça social.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão integrativa, que sistematizou criticamente 29 estudos publicados entre 2020 e 2024 em periódicos qualificados das áreas de Educação e Educação Física, evidencia que a Educação Física escolar vem se consolidando como um componente multidimensional e estratégico para o projeto educacional contemporâneo. Mais do que promover o desenvolvimento motor, a área demonstra amplo potencial formativo, impactando positivamente dimensões cognitivas, afetivas, sociais, culturais e ético-políticas do processo educativo.

As evidências analisadas apontam três grandes eixos de contribuição da Educação Física: (i) como alicerce para a cognição incorporada e para o desempenho acadêmico; (ii) como espaço privilegiado para a formação integral; e (iii) como arena para a desconstrução de preconceitos e a promoção da justiça social. Nessas frentes, a Educação Física afirma-se como campo que transcende a dicotomia histórica entre corpo e mente, articulando aprendizagem, convivência e reflexão crítica.

Os resultados demonstram que a Educação Física contribui para a formação cidadã das(os) estudantes, favorecendo o rendimento acadêmico, a socialização, a autonomia e a valorização da diversidade. A síntese das evidências foi organizada em quatro categorias (desempenho escolar, formação integral, justiça social e inclusão), que, em conjunto, revelam um componente capaz de articular saberes corporais, éticos e culturais em práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e a democracia.

Essas conclusões têm implicações diretas para as dimensões pedagógica, curricular, política e social da Educação Física.

- Pedagogicamente, torna-se urgente fortalecer a formação inicial e continuada das(os) professoras(es), promovendo perspectivas culturais e reflexivas que dialoguem com as realidades concretas das escolas e ampliem o repertório metodológico.

- Curricularmente, os resultados sustentam a necessidade de ampliação da carga horária e de maior integração entre os objetivos da Educação Física e as metas pedagógicas gerais da escola, de modo a garantir a transversalidade de seus princípios.
- Politicamente, os estudos revelam que o potencial transformador da disciplina ainda é limitado pela precariedade de infraestrutura e pela persistência de modelos técnico-esportivos, exigindo políticas públicas consistentes de valorização docente, investimento material e apoio à inovação pedagógica.
- Socialmente, a percepção positiva de gestores, responsáveis e estudantes quanto à relevância da disciplina precisa ser convertida em compromisso institucional, transformando reconhecimento simbólico em ações efetivas de fortalecimento da área.

Ao articular diferentes referenciais teóricos e metodológicos, esta revisão reafirma a Educação Física como componente essencial da escola contemporânea. As práticas corporais, quando tematizadas criticamente, mostram-se capazes de enfrentar desigualdades, fomentar a cooperação e o respeito, e promover a leitura cultural e política do mundo. Nesse sentido, o estudo contribui para a formulação de políticas e práticas pedagógicas que superem a fragmentação curricular e reconheçam o acesso à cultura corporal como dimensão constitutiva da educação escolar e da cidadania.

Reconhece-se, contudo, que a revisão apresenta limitações. O recorte temporal e a focalização em periódicos nacionais restringem a amplitude comparativa, enquanto a predominância de estudos qualitativos e de pequena escala limita a generalização estatística dos achados. Além disso, a concentração das pesquisas em escolas públicas das regiões Sul e Sudeste pode não refletir integralmente a diversidade do cenário educacional brasileiro. Diante disso, recomenda-se a realização de revisões sistemáticas com meta-análise, estudos longitudinais que acompanhem o impacto da disciplina ao longo da trajetória escolar e pesquisas sobre formação docente capazes de identificar práticas formativas que sustentem identidades pedagógicas críticas e transformadoras.

Em síntese, a Educação Física escolar que emerge deste estudo é um campo de conhecimento comprometido com o direito à diferença, com a inclusão e a justiça social. Ao articular práticas corporais, saberes culturais e reflexão ética, ela se projeta como componente curricular indispensável à formação integral

das(os) estudantes e à consolidação de uma escola democrática, plural e socialmente engajada. O futuro da Educação Física no Brasil depende, portanto, do compromisso coletivo em transformar seu potencial científico e pedagógico em uma realidade educacional equitativa e de qualidade para todas e todos.





REFERÊNCIAS

ALONSO, Edison Montenegro *et al.* Inclusão na educação física escolar na concepção dos escolares com deficiência visual. **Conexões**, v. 18, p. e020008-e020008, 2020.

BARBOSA, Lucas; GALLINA, Isadora; NUNES, Camila. Percepção dos responsáveis por crianças com autismo sobre a importância das aulas de educação física escolar. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 20, n. 1, p. 16, 2022.

BORGES, Clayton César de Oliveira. **Governo, verdade, subjetividade**: uma análise do currículo cultural da Educação Física. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; DE ALMEIDA CUNHA, Cristiano Castro; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRITO, Rodrigo Martins de; FRANCISCO, Marcos Vinicius. Projetos político-pedagógicos e violência escolar:(des) encontros da educação física em municípios do Paraná. **Eccos Revista Científica**, n. 63, 2022.

CARVALHO, Renata de Oliveira; WITTIZORECKI, Elisandro Schultz. "Formar pessoas melhores?" As práticas corporais na Escola de Educação Integral em tempo integral. **Movimento**, v. 28, p. e28061, 2022.

COSTA, F.; SANTOS, A. Educação física escolar somática. **Teoria e Prática da Educação**, v. 25, n. 2, p. 21-41, 2 ago. 2022.

CUSTÓDIO, Glauber César Cruz; NUNES, Célia Maria Fernandes; PAIXÃO, Jairo Antônio. Educação física escolar em unidades prisionais: elementos para se pensar sobre a educação “por entre as grades. **Pensar a Prática**, v. 24, 2021.

FREITAS, Maitê Venuto de; MARIANTE NETO, Flávio Py; VASQUES, Daniel Giordani. As lutas como conteúdo da educação física escolar: um olhar a partir dos sentidos e das apropriações dos/as alunos/as. **Revista Imagens da Educação**, v. 14, n. 4, p. 117-135, 2024.

FRITSCHI, Gabrielly Elisa Arndt *et al.* Percepção dos alunos do ensino médio em relação a uma proposta de ensino das lutas nas aulas de Educação Física. **Pensar a Prática**, v. 27, 2024.

GARCIA, Leandro Fernandes *et al.* Polibol na educação física: análise de uma experiência de ensino na escola. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 19, n. 2, p. 11-17, 2021.

GASPAROTTO, Guilherme da Silva *et al.* Desempenho acadêmico de estudantes do ensino médio associado a aspectos psicológicos, práticas corporais e atividade física. **Journal of Physical Education**, v. 31, p. e3137, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Editora Atlas SA, 2008.

GUIMARÃES, Haunny Torisco *et al.* As atividades circenses nas aulas de educação física escolar e a criança com múltiplas deficiências. **Conexões**, v. 17, p. e019027-e019027, 2019.

JUCÁ, Luan Gonçalves, MONT ALVERNE, André Luís do Nascimento, MALDONADO, Daniel Teixeira. Interseccionalidade e justiça curricular: reflexões iniciais de um potente diálogo na busca pela inclusão nas aulas de educação física nos institutos federais. **Corpoconsciência**, v. 28, p. e16995, 2024.

KUHN, Simone Santos *et al.* As perspectivas de estudantes ao final da escolarização básica sobre suas experiências nas aulas de educação física. **Pensar a Prática**, v. 23, 2020.

LACERDA-SWENDSEN, Maria Eduarda Bezerra *et al.* Oficina de Brinquedos e Brincadeiras Indígenas em uma escola municipal de Itatuba-PB. **Conexões**, v. 22, p. e024016-e024016, 2024.

MALDONADO, Daniel Teixeira; NEIRA, Marcos Garcia. Resistências e transgressões na prática político-pedagógica da Educação Física. **Currículo sem fronteiras**, v. 22, 2022.

MALDONADO, Daniel Teixeira; VELLOSO, Livia Roberta. Educação física escolar no ensino médio integrado: a busca por justiça curricular a partir das diferentes linguagens sobre as práticas corporais. **Temas em Educação Física Escolar**, v. 7, p. 1-21, 2022.

MANDOLINI, Ana Claudia Moura; FERREIRA, Lílian Aparecida. Codecisão de estudantes no planejamento de aulas de Educação Física: temáticas escolhidas e sentimentos manifestados. **Temas em Educação Física Escolar**, v. 5, n. 2, p. 201-216, 2020.

MORENO, Danilo Bastos *et al.* A percepção dos gestores das escolas de ensino médio em Fortaleza sobre a importância da educação física como componente curricular. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 19, n. 3, p. 59-64, 2021.

MÜLLER, Arthur. **A avaliação no currículo cultural da Educação Física: o papel do registro na reorientação das rotas**. 2016. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

NASCIMENTO, Tércio Amancio *et al.* Efeitos dos jogos e brincadeiras na cognição e desempenho escolar de crianças. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 28, p. 1-9, 2023.

NAZARIO, Murilo Eduardo dos Santos; SANTOS, Wagner dos; FERREIRA, Amarílio. Protagonismo juvenil no ensino médio: reflexões acerca da elaboração e implementação dos jogos interclasses. **Pro-Posições**, v. 34, p. e20210132, 2023.

NEIRA, Marcos Garcia. Valorização das identidades: a cultura corporal popular como conteúdo do currículo da Educação Física. **Motriz**. Revista de Educação Física, Rio Claro, v. 13, n. 3, p. 174-180, jul./set. 2007.

NEIRA, Marcos Garcia. Análises das representações dos professores sobre o currículo cultural da Educação Física. **Interface**. Botucatu, v. 14, n. 35, p. 783-795. dez. 2010.

NEIRA, Marcos Garcia. Por uma sociedade menos injusta: experiências com a Educação Física cultural. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 28, p. e40779, 2022.

NEIRA, Marcos Garcia. Traduções do discurso curricular oficial para o contexto da prática. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 22, p. 1-27, 2024.

NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. **Epistemologia e didática do currículo cultural da Educação Física**. São Paulo: FEUSP, 2022.

NUNES, Hugo Cesar Bueno. O trabalho com a diferença na educação física escolar. **Kinesis**, v. 39, 2021.

OLIVEIRA JÚNIOR, Jorge Luiz. **Significações sobre o currículo cultural da Educação Física**: cenas de uma escola municipal paulistana. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PICOLOTTO, Juliana; CARAMÊS, Aline; OLIVEIRA, Myllena Camargo. Emoções no ensino do voleibol a partir da perspectiva crítico-emancipatória. **Biomotriz**, v. 14, n. 3, p. 72-81, 2020.

PIRES, Aluizio Henrique Rocha *et al.* Gênero e educação física escolar: Reflexões a partir da aplicação do modelo do sport education. **Corpoconsciência**, v. 26 n. 2, p. 149-164, 2022.

RICARDO, Karoline Hachler *et al.* Marcadores sociais das diferenças nas aulas de Educação Física: narrativas dos (as) estudantes, docentes e gestores (as) da Escola Estadual Abya Yala. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 46, p. e20240039, 2024.

RIZZO, Deyvid Tenner; ZAIM-DE-MELO, Rogerio; GOLIN, Carlo Henrique. Percepções de alunas do ensino médio sobre o conteúdo esporte na educação física escolar: diálogos com a educação social. **Revista Cocar**, v. 16, n. 34, 2022.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Curriculo Paulista**. São Paulo: SEDUC, 2019.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Curriculo Paulista Etapa Ensino Médio**. São Paulo: SEDUC, 2020.

SILVA, Thauanny Cordeiro *et al.* A importância das aulas de Educação Física na socialização e interação das crianças na escola em relação ao tempo em sala de aula e intervalo. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 27, p. 1-5, 2022.

SILVA, Cielle Amanda de Sousa; GASPAROTTO, Guilherme da Silva. Prática das danças urbanas em contexto escolar: memória e atenção de escolares de 7 e 8 anos. **Práxis Educativa**, v. 18, 2023.

SILVEIRA, Robert Edward *et al.* Crianças com baixo desempenho em atividades cotidianas tendem a apresentar baixo desempenho escolar. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 18, n. 2, p. 1-7, 2020.

SOARES, Josias Góis; DAHLKE, Ana Paula; FRAGA, Alex Branco. Cultura hip-hop na Educação Física: um projeto de educação antirracista com estudantes que não se autodeclaravam negros/as. **Retratos da Escola**, v. 18, n. 40, 2024.

Corpus empírico

Educação Física e desempenho escolar:

GASPAROTTO, Guilherme da Silva *et al.* Desempenho acadêmico de estudantes do ensino médio associado a aspectos psicológicos, práticas corporais e atividade física. **Journal of Physical Education**, v. 31, p. e3137, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jpe/a/NGJ3VtH59gCf9jvScWYC7fx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2025.

NASCIMENTO, Tércio Amancio *et al.* Efeitos dos jogos e brincadeiras na cognição e desempenho escolar de crianças. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 28, p. 1-9, 2023. Disponível em:

<https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/15099>. Acesso em: 16 nov. 2025.

SILVEIRA, Robert Edward *et al.* Crianças com baixo desempenho em atividades cotidianas tendem a apresentar baixo desempenho escolar. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 18, n. 2, p. 1-7, 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/24296>. Acesso em: 16 nov. 2025.

Educação Física e formação integral:

BARBOSA, Lucas; GALLINA, Isadora; NUNES, Camila. Percepção dos responsáveis por crianças com autismo sobre a importância das aulas de educação física escolar. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 20, n. 1, p. 16, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/28800>. Acesso em: 16 nov. 2025.

BRITO, Rodrigo Martins de; FRANCISCO, Marcos Vinicius. Projetos político-pedagógicos e violência escolar:(des) encontros da educação física em municípios do Paraná. **Eccos Revista Científica**, n. 63, 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1983-92782022000400100-&script=sci_arttext. Acesso em: 16 nov. 2025.

CARVALHO, Renata de Oliveira; WITTIZORECKI, Elisandro Schultz. "Formar pessoas melhores?" As práticas corporais na Escola de Educação Integral em tempo integral. **Movimento**, v. 28, p. e28061, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/sW4Vk6j9mhwTNv5Kb8jHNWy/>. Acesso em: 16 nov. 2025.

COSTA, F.; SANTOS, A. Educação Física escolar somática. **Teoria e Prática da Educação**, v. 25, n. 2, p. 21-41, 2 ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/62302>. Acesso em: 16 nov. 2025.

CUSTÓDIO, Glauber César Cruz; NUNES, Célia Maria Fernandes; PAIXÃO, Jairo Antônio. Educação física escolar em unidades prisionais: elementos para se pensar sobre a educação "por entre as grades. **Pensar a Prática**, v. 24, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/66352>. Acesso em: 16 nov. 2025.

FRITSCHI, Gabrielly Elisa Arndt *et al.* Percepção dos alunos do ensino médio em relação a uma proposta de ensino das lutas nas aulas de Educação Física. **Pensar a Prática**, v. 27, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/74934>. Acesso em: 16 nov. 2025.

GARCIA, Leandro Fernandes *et al.* Polibol na educação física: análise de uma experiência de ensino na escola. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 19, n. 2, p. 11-17, 2021. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/26997>. Acesso em: 16 nov. 2025.

KUHN, Simone Santos *et al.* As perspectivas de estudantes ao final da escolarização básica sobre suas experiências nas aulas de educação física. **Pensar a Prática**, v. 23, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/54117>. Acesso em: 16 nov. 2025.

MANDOLINI, Ana Claudia Moura; FERREIRA, Lílian Aparecida. Codificação de estudantes no planejamento de aulas de Educação Física: temáticas escolhidas e sentimentos manifestados. **Temas em Educação Física Escolar**, v. 5, n. 2, p. 201-216, 2020. Disponível em: <https://portalespiral.cp2.g12.br/index.php/temasemedfisicaescolar/article/view/3039/1889>. Acesso em: 16 nov. 2025.

MORENO, Danilo Bastos *et al.* A percepção dos gestores das escolas de ensino médio em Fortaleza sobre a importância da educação física como componente curricular. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 19, n. 3, p. 59-64, 2021. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/27514>. Acesso em: 16 nov. 2025.

NAZARIO, Murilo Eduardo dos Santos; SANTOS, Wagner dos; FERREIRA, Amarílio. Protagonismo juvenil no ensino médio: reflexões acerca da elaboração e implementação dos jogos interclasses. **Pro-Posições**, v. 34, p. e20210132, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/LX7xMsqVx6L-bPrTK8RbHXqC/?lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2025.

PICOLOTTO, Juliana; CARAMÊS, Aline; OLIVEIRA, Myllena Camargo. Emoções no ensino do voleibol a partir da perspectiva crítico-emancipatória. **Biomotriz**, v. 14, n. 3, p. 72-81, 2020. Disponível em: <https://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/biomotriz/article/view/272>. Acesso em: 16 nov. 2025.

RIZZO, Deyvid Tenner; ZAIM-DE-MELO, Rogerio; GOLIN, Carlo Henrique. Percepções de alunas do ensino médio sobre o conteúdo esporte na educação física escolar: diálogos com a educação social: Perceptions of high school students on sport content in school physical education: dialogues with social education. **Revista Cocar**, v. 16, n. 34, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4753>. Acesso em: 16 nov. 2025.

SILVA, Cielle Amanda de Sousa; GASPAROTTO, Guilherme da Silva. Prática das danças urbanas em contexto escolar: memória e atenção de escolares de 7 e 8 anos. **Práxis Educativa**, v. 18, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-43092023000100139&script=sci_arttext. Acesso em: 16 nov. 2025.

Educação Física e justiça social

JUCÁ, Luan Gonçalves, MONT ALVERNE, André Luís do Nascimento, MALDONADO, Daniel Teixeira. Interseccionalidade e justiça curricular: reflexões iniciais de um potente diálogo na busca pela inclusão nas aulas de educação física nos institutos federais. **Corpoconsciência**, [S. l.], v. 28, p. e16995, 2024. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/16995?articlesBySameAuthorPage=2>. Acesso em: 16 nov. 2025.

LACERDA-SWENDSEN, Maria Eduarda Bezerra *et al.* Oficina de Brinquedos e Brincadeiras Indígenas em uma escola municipal de Itatuba-PB. **Conexões**, v. 22, p. e024016-e024016, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8675683>. Acesso em: 16 nov. 2025.

MALDONADO, Daniel Teixeira; VELLOSO, Livia Roberta. Educação física escolar no ensino médio integrado: a busca por justiça curricular a partir das diferentes linguagens sobre as práticas corporais. **Temas em Educação Física Escolar**, v. 7, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://portalespiral.cp2.q12.br/index.php/temasemedfisicaescolar/article/view/3656>. Acesso em: 16 nov. 2025.

MALDONADO, Daniel Teixeira; NEIRA, Marcos Garcia. Resistências e transgressões na prática político-pedagógica da Educação Física. **Currículo sem fronteiras**, v. 22, 2022. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003121673>. Acesso em: 16 nov. 2025.

NUNES, Hugo Cesar Bueno. O trabalho com a diferença na educação física escolar. **Kinesis**, v. 39, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/kinesis/article/view/38837>. Acesso em: 16 nov. 2025.

RICARDO, Karoline Hachler *et al.* Marcadores sociais das diferenças nas aulas de Educação Física: narrativas dos (as) estudantes, docentes e gestores (as) da Escola Estadual Abya Yala. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 46, p. e20240039, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/vjbG-n688yh7QtKLg8ftNWby/>. Acesso em: 16 nov. 2025.

SOARES, Josias Góis; DAHLKE, Ana Paula; FRAGA, Alex Branco. Cultura hip-hop na Educação Física: um projeto de educação antirracista com estudantes que não se autodeclaravam negros/as. **Retratos da Escola**, v. 18, n. 40, 2024. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1746>. Acesso em: 16 nov. 2025.

Educação Física e inclusão

ALONSO, Edison Montenegro *et al.* Inclusão na educação física escolar na concepção dos escolares com deficiência visual. **Conexões**, v. 18, p. e020008-e020008, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8656129>. Acesso em: 16 nov. 2025.

FREITAS, Maitê Venuto de; MARIANTE NETO, Flávio Py; VASQUES, Daniel Giordani. As lutas como conteúdo da educação física escolar: um olhar a partir dos sentidos e das apropriações dos/as alunos/as. **Revista Imagens da Educação**. Maringá. Vol. 14, n. 4 (out./dez. 2024), p. 117-135., 2024. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/292290>. Acesso em: 16 nov. 2025.

GUIMARÃES, Haunny Torisco *et al.* As atividades circenses nas aulas de educação física escolar e a criança com múltiplas deficiências. **Conexões**, v. 17, p. e019027-e019027, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8655860>. Acesso em: 16 nov. 2025.

PIRES, Aluízio Henrique Rocha *et al.* Gênero e educação física escolar: Reflexões a partir da aplicação do modelo do sport education. **Revista Corpoconsciência**, 26 (2), p. 149-164, 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/14063>. Acesso em: 16 nov. 2025.

SILVA, Thauanny Cordeiro *et al.* A importância das aulas de Educação Física na socialização e interação das crianças na escola em relação ao tempo em sala de aula e intervalo. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 27, p. 1-5, 2022. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14974>. Acesso em: 16 nov. 2025.



**MOVIMENTO
MAIS
ESPORTE**

